

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

CLARA DE MEIROZ LUCHTEMBERG

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA:
UM OLHAR SOBRE O SISTEMA PARITÁRIO BOLIVIANO E A EXPERIÊNCIA DE
COTAS BRASILEIRA

CURITIBA
2018

CLARA DE MEIROZ LUCHTEMBERG

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA:
UM OLHAR SOBRE O SISTEMA PARITÁRIO BOLIVIANO E A EXPERIÊNCIA DE
COTAS BRASILEIRA

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Eneida Desiree Salgado

CURITIBA

2018

Para Ana, Valéria e Marta, por me ensinarem o poder da decisão de uma mulher.

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente, à vida que tenho. Graças a meus privilégios, pude construir com tempo essa monografia, contando com todo apoio e estrutura necessários. Ainda, pude estudar Direito em uma renomada instituição de ensino, tendo contato com professoras e professores brilhantes, que muito influenciaram meu interesse pela matéria.

Agradeço em especial, dentre estes docentes, à minha admirada orientadora, Prof. Dra. Eneida Desiree Salgado, que em nenhum momento me deixou à deriva, acompanhando cada passo tomado nesta pesquisa, do começo ao fim, sempre com excelentes observações e questionamentos. Deixo meu muito obrigada, também, à Prof. Dra. Priscilla Placha Sá, por trazer o assunto de participação política das mulheres em uma de suas aulas e reacender o meu interesse pelo tema, e à Prof. Dra. Estefânia Maria de Queiroz Barboza, por trocar ideias comigo sobre Direito Comparado durante o projeto de pesquisa.

Sou grata aos meus pais, Valéria e Itacir, por me ajudarem na revisão de cada capítulo, por ouvirem minhas ideias durante o jantar, por me mandarem textos relacionados ao assunto e por me fornecerem todo suporte para a produção desta monografia. Agradeço à minha irmã, Ana, pelas dicas, por confiar em mim e ser a minha maior fã, dando sempre seu total apoio. Deixo meu muito obrigada, também, aos demais familiares, em especial à minha avó Marta, outra admiradora fiel do meu trabalho, que agracia todos os meus domingos de almoço em família.

Agradeço a todos os meus amigos, amigas, conhecidos e colegas de trabalho que contribuíram com palavras de apoio para a construção deste estudo. Em especial, destaco meu agradecimento à Aleida, por me ajudar na revisão deste texto e sanar minhas dúvidas em espanhol, ao Otávio, por me auxiliar na abordagem de alguns fatos históricos, e à Ananda, por trocar diversos materiais de pesquisa comigo.

Por fim, sou grata ao meu amoroso companheiro, Mateus, por todos os conselhos, pelo carinho e compreensão durante o período e por alegrar mesmo os dias mais desafiadores do último ano da faculdade.

“Mujer, no me gusta cuando callas”

(Mujeres Creando, coletivo
feminista boliviano)

RESUMO

O presente estudo tem como objeto a participação política das mulheres na Bolívia e no Brasil. Visa-se obter inspiração ao investigar o cenário boliviano, no qual existe uma representação feminina praticamente paritária. Para tanto, prioriza-se uma revisão bibliográfica interna de cada país, analisando-se cada qual de forma ampla e minuciosa. No primeiro capítulo, estuda-se a Bolívia. Aborda-se o histórico legislativo e de movimentos sociais em prol da representatividade feminina na política nacional. Em seguida, analisa-se o contexto que permite a aplicação da paridade e alternância de gênero nas candidaturas políticas a partir da Assembleia Constituinte de 2009 e reformas eleitorais subsequentes. Finalmente, são desenvolvidas conclusões sobre os resultados obtidos e as conquistas ainda pendentes na nação. O segundo capítulo debruça-se sobre o Brasil. Apresentam-se as primeiras movimentações femininas na política brasileira e o caminho percorrido para promulgação da lei que estabelece cotas de gênero em candidaturas. Após, examina-se a conjuntura atual de representação de mulheres no país, formal e materialmente. Por fim, são expostas as propostas de mudança em discussão. Feita a análise individual de cada nação, observam-se, no terceiro capítulo, três pontos de divergência principais a se considerar: a paridade, a lista fechada e os sistemas eleitorais. Avaliando as peculiaridades brasileiras, verifica-se a justificada necessidade de um sistema paritário, sem que seja imprescindível impor, no entanto, a adoção de uma estrutura de lista fechada ou uma mudança no princípio do sistema eleitoral. Conclui-se, como principal lição, a urgência de adesão a ações afirmativas paritárias para além da implementação de cotas de gênero e a importância de leis que impeçam manobras partidárias de esvaziarem a eficácia de tais medidas.

Palavras-chave: Representação política. Ações afirmativas. Gênero. Bolívia. Brasil.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objeto la participación política de las mujeres en Bolivia y en Brasil. Se pretende obtener inspiración al investigar el escenario boliviano, en el cual existe una representación femenina prácticamente paritaria. Para eso, se prioriza una revisión bibliográfica interna de cada país, analizando cada cual de manera amplia y minuciosa. En el primer capítulo, se estudia Bolivia. Se aborda el histórico legislativo y de movimientos sociales en favor de la representatividad femenina en la política nacional. En seguida, se analiza el contexto que permite la aplicación de la paridad y alternancia de género en las candidaturas políticas a partir de la Asamblea Constituyente de 2009 y reformas electorales subsiguientes. Finalmente, son desarrolladas conclusiones sobre los resultados obtenidos y las conquistas aún pendientes en la nación. El segundo capítulo se inclina sobre Brasil. Se presentan los primeros movimientos femeninos en la política brasileña y el camino recorrido para la promulgación de la ley que establece las cuotas de género en candidaturas. Después, se examina la coyuntura actual de representación de mujeres en el país, formal y materialmente. Por fin, se exponen las proposiciones de cambio en discusión. Hecho el análisis individual de cada nación, se observan, en el tercer capítulo, tres puntos de divergencias principales a considerar: la paridad, la lista cerrada y los sistemas electorales. Evaluando las peculiaridades brasileñas, se verifica la justificada necesidad de un sistema paritario, sin que sea imprescindible, no obstante, la adopción de una estructura de lista cerrada o un cambio en el principio del sistema electoral. Se concluye, como principal lección, la urgencia de adhesión a acciones afirmativas paritarias además de la implementación de cuotas de género y la importancia de leyes que impidan maniobras partidarias de vaciar la eficacia de tales medidas.

Palabras clave: Representación política. Acciones afirmativas. Género. Bolivia. Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O CASO BOLIVIANO	12
2.1 OS PRIMEIROS PASSOS EM FAVOR DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NACIONAL	12
2.2 O MOVIMENTO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 2009 E A APOSTA PELA PARIDADE	20
2.3 AS CONQUISTAS OBTIDAS E OS DESAFIOS PENDENTES	29
3. O CASO BRASILEIRO	37
3.1 O PERCURSO DA LUTA EM PROL DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA INTERNA	37
3.2 O SISTEMA DE COTAS DE GÊNERO EM CANDIDATURAS	46
3.3 AS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO E NA ACADEMIA	55
4. POSSÍVEIS LIÇÕES	62
4.1 A PARIDADE E A REPRESENTATIVIDADE	62
4.2 OS IMPACTOS DA ADOÇÃO DE UMA LISTA FECHADA E BLOQUEADA	67
4.3 AS CHANCES DE ELEIÇÃO DE MULHERES NOS SISTEMAS MISTOS, PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIOS	72
5. CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1. INTRODUÇÃO

Diversos países da América Latina têm adotado a paridade de gênero em candidaturas como próximo passo em favor de uma maior participação política feminina, como muito recentemente a Argentina. Não obstante, o Brasil segue aplicando a política de cota mínima de 30%, estabelecida pela Lei de Eleições em 1997, sem lograr resultados significativos com a aplicação da medida.

Tem-se como ponto de partida, assim, a constatação de que o Brasil apresenta um número bastante baixo de mulheres eleitas no Poder Executivo e Legislativo, tanto em nível nacional como estadual e municipal, e que tal realidade necessita ser modificada, em virtude da importância democrática da inclusão feminina no debate público, especialmente porque as mulheres correspondem a 52% do eleitorado, conforme dados da Justiça Eleitoral.

Observa-se, em contraposição ao cenário brasileiro, o destaque da Bolívia, nação com um elevado número de representantes femininas em sua Assembleia Legislativa Plurinacional, praticamente paritária. Quando iniciada a presente pesquisa, o país se encontrava em 2º lugar no ranking da *Inter-Parliamentary Union* de presença de mulheres nos parlamentos do mundo, perdendo apenas para a Ruanda. Após as eleições de março de 2018, Cuba passou a ocupar a 2ª posição.

Verifica-se que um genocídio ocorreu na população ruandesa em 1994, que tornou-se composta por 70% de adultos mulheres, as quais tiveram que assumir a liderança política do país. De outra forma, a Bolívia alcançou os números atuais através de discriminações positivas em seu sistema eleitoral, como a paridade e a alternância de gênero nas listas de candidaturas, motivadas especialmente por movimentos de mulheres urbanas e indígenas. Como a transformação boliviana foi baseada em leis de ações afirmativas e o país possui maior proximidade histórica, geográfica e cultural com o Brasil, opta-se, no presente texto, pela Bolívia como ponto de referência para repensar o sistema brasileiro. Há que se ter em consideração, no entanto, os limites do estudo comparativo.

Em primeiro lugar, é essencial que a análise leve em apreço as características do sistema boliviano à luz de sua realidade social e cultural. Nesse sentido, vê-se que a nação é um Estado Plurinacional, fruto especialmente da forte movimentação indígena ali existente, diferentemente do Brasil, que se apresenta apenas como República Federativa. Ademais, deve-se atentar ao fato de que o movimento feminista boliviano em prol da maior participação feminina não

necessariamente reflete uma aceitação social da ampla representatividade de mulheres no poder, enquanto que, no caso brasileiro, de forma divergente, a população não se apresenta, em princípio, tão reativa à participação feminina na política.

Em segundo lugar, importa entender que a incidência de ações afirmativas na Bolívia ocorreu a partir do seu sistema eleitoral e partidário, distinto do brasileiro. Assim, essas diferenças necessitam ser observadas para que não se apresentem soluções inadequadas à realidade do Brasil.

A Bolívia se divide em nove departamentos, dentro dos quais há Municípios, sendo 11 destes territórios indígenas autônomos. É uma República democrática, que adota um sistema presidencialista para o Poder Executivo Nacional, com eleição por maioria absoluta e possibilidade de segundo turno. Há governadores para os departamentos e prefeitos para os Municípios, eleitos da mesma forma.

No que se refere ao Poder Legislativo, há, em nível nacional, a Assembleia Legislativa Plurinacional, composta por duas Câmaras: dos Deputados e dos Senadores. Os deputados são escolhidos através de um sistema misto: há circunscrições eleitorais uninominais e especiais indígenas que elegem parte dos membros por maioria simples, baseados em candidatos de listas desbloqueadas com voto preferente, e circunscrições departamentais plurinominais que elegem outra parte dos membros através de um sistema proporcional, com apresentação de candidatos em listas fechadas e bloqueadas. Os senadores, por sua vez, são eleitos de forma proporcional por departamento (cada qual elegendo quatro nomes), em lista única, fechada e bloqueada. Existem, ainda, as Assembleias Departamentais, com sistema eleitoral regulado por cada departamento, e os órgãos equivalentes às Câmaras de Vereadores, nos Municípios, sendo os membros eleitos de forma proporcional, por lista fechada e bloqueada.

A Bolívia apresenta um sistema de multipartidarismo, permitindo que candidaturas a cargos públicos sejam também postuladas por organizações indígenas e associações civis. A escolha de candidatos por essas organizações políticas deve ser feita com eleições democráticas internas, garantindo-se igual participação dos gêneros, em um processo fiscalizado pelo respectivo Órgão Eleitoral boliviano. Existem, ainda, o Poder Judiciário e o Poder Eleitoral, sendo que seus principais membros também são eleitos. Não se usa urna eletrônica, mas cédula eleitoral em papel.

Por outro lado, o Brasil possui como entes federativos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Também é uma República democrática, que adota um sistema presidencialista, elegendo-se o chefe do Poder Executivo Nacional por maioria absoluta, com possibilidade de segundo turno. Há governadores nos Estados e no Distrito Federal e prefeitos nos Municípios, eleitos de igual maneira.

Quanto ao Poder Legislativo, há, em nível nacional, o Congresso Nacional, também bicameral, composto pela Câmara de Deputados e pelo Senado. Os deputados são todos eleitos por sistema proporcional, através de lista aberta. Os senadores são eleitos por princípio majoritário simples, em apenas um turno, sendo escolhidos três por Estado. Uma vez que o mandato de um senador é de oito anos e é necessário que as eleições para presidente, senador, governador, deputado federal e estadual ocorram simultaneamente (conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 9.504/97), em uma eleição será escolhido um senador e na seguinte outros dois senadores. Existem, ainda, as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, cujos membros são deputados estaduais e distritais também eleitos por sistema proporcional, e as Câmaras de Vereadores, em nível municipal, sendo seus participantes escolhidos da mesma forma.

O Brasil também possui um sistema de multipartidarismo, mas, diversamente da Bolívia, candidatos a cargos públicos só podem ser apresentados através de um partido ou uma coligação (ou seja, existe a necessidade de filiação). As escolhas de candidatos são feitas através de convenções partidárias. Há, por fim, o Poder Judiciário (sendo que a Justiça Eleitoral o integra), não ocorrendo eleição de seus membros. Usa-se a urna eletrônica e não a cédula eleitoral impressa.

Estabelecidas essas diferenças, as bases em que deve se firmar o estudo em tela, bem como os seus limites, pode ser definido o caminho a ser traçado para atingir o objetivo central do trabalho: entender em que medida a realidade boliviana pode contribuir com possíveis lições a serem trazidas ao contexto brasileiro para que se alcance a maior participação política feminina. Importa ressaltar que o principal foco da presente pesquisa são as modificações de sistema e a aplicação de ações afirmativas que permitiram à Bolívia atingir os resultados presentes. No entanto, parte-se do pressuposto de que entender a conjuntura estrutural e legal de um país envolve compreender seu contexto social e cultural. Por isso, a metodologia adotada abrange um olhar interno de cada nação, priorizando-se autoras femininas e

nacionais, embora não se abra mão de dados internacionais e leituras diretas de leis e atas parlamentares, para que se possa proceder a uma correta confrontação.

No primeiro capítulo deste estudo, far-se-á uma análise aprofundada do contexto boliviano, partindo-se dos primeiros passos em prol da participação política feminina ocorridos no país, para em seguida ser possível entender o cenário no qual a paridade tornou-se parte integrante do seu sistema eleitoral e finalmente analisar com clareza os resultados atingidos e o que ainda se mostra como desafio. No segundo capítulo, será estudada a realidade brasileira. A pesquisa também se iniciará a partir dos primeiros movimentos que inseriram as mulheres nos espaços de poder público, para, em seguida, compreender a atual situação no Brasil (onde apenas existe a aplicação de cotas de gênero) e, por fim, expor as propostas de mudança em debate, dada a insatisfação com a medida.

No terceiro e último capítulo, serão estabelecidos os principais pontos de divergência do sistema boliviano em relação ao brasileiro, para que sejam analisados de forma aprofundada e contrastados com a realidade do Brasil. Dessa maneira, pretende-se concluir em que medida essas divergências podem contribuir para que se repense a estrutura hoje vigente na nação, buscando-se, ainda, possíveis propostas de mudança no sistema eleitoral e partidário brasileiro.

2. O CASO BOLIVIANO

2.1 OS PRIMEIROS PASSOS EM FAVOR DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NACIONAL

A participação política feminina exige, antes de tudo, o reconhecimento de direitos políticos básicos às mulheres. Na Bolívia, a Constituição de 1945¹ foi a primeira a admitir a cidadania feminina e o direito das mulheres de votarem e serem eleitas nas mesmas condições que os homens - mas somente em âmbito municipal².

É importante notar, no entanto, que a atribuição da cidadania aos homens unicamente nas Constituições precedentes não provinha de uma expressa proibição normativa, senão de um acordo social tácito de que o sujeito beneficiado por tal condição era masculino³.

Nesse sentido, os artigos 4 e 17 da Constituição de 1878 atribuíam direitos fundamentais a “todo homem”. Havia, então, uma não menção às mulheres e, embora o termo “homem” possa ser entendido na linguagem de forma ampla, incluindo qualquer ser humano, não foi este o caso na aplicação do texto constitucional. Da mesma forma, quando o artigo 33 estabeleceu o requisito de ser boliviano para ser cidadão, o uso do termo no masculino foi compreendido como excludente da ala feminina. A exclusão política das mulheres ainda era reforçada por outros dois requisitos presentes nesse mesmo dispositivo: “saber ler e escrever” e “ter uma propriedade imóvel ou uma renda anual de duzentos bolivianos”, que não adviesse de serviços prestados no âmbito doméstico⁴.

Igualmente, necessário ressaltar que a citada conquista obtida no texto constitucional de 1945 foi precedida de perdas no campo político para as mulheres. Nas discussões para a elaboração da Constituição anterior, de 1938, o papel

¹ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos:** Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 21.

² “*Artículo 46.- Para la formación de las Municipalidades se reconoce el derecho de elección y elegibilidad a la mujer boliviana, en las mismas condiciones que al hombre, con más el derecho ciudadano a que se refiere la segunda parte del Artículo 43 de esta Constitución.*”

BOLÍVIA. Soberana Asamblea Nacional. **Constitución Política de 24 de Noviembre de 1945.** Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-24-de-noviembre-de-1945/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

³ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad:** Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 07.

⁴ BOLÍVIA. Convención Nacional. **Constitución Política de 1878.** Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-1878-con-modificaciones-de-28-de-octubre-de-1880/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

feminino na Guerra do Chaco (1932-1935) foi considerado uma situação excepcional, paliativa para a crise, e as próprias sufragistas aceitavam o discurso de que seu eventual papel seria moralizar e humanizar a política, e não apresentar reivindicações próprias⁵. Como resultado, o texto constitucional de 1938 reafirmava a dependência das mulheres aos laços paternos e maritais. Isso pode ser observado, a título exemplificativo, na disposição do artigo 41 sobre a nacionalidade da mulher boliviana, que era atrelada à situação de seu marido⁶.

Os debates de 1945, por sua vez, incluíram as demandas de diversos movimentos sociais (como mineiros e indígenas) para participar das decisões políticas do país, o que induziu a sociedade a considerar também o papel das mulheres na administração pública. Interessa observar que a decisão de que sua atuação política se restringiria inicialmente ao âmbito municipal pautou-se na ideia de que elas não tinham a destreza nem a capacidade necessárias para exercer sua cidadania, já que nunca haviam participado da política, e, portanto, precisariam ser “testadas” em um espaço controlável⁷. Insta ressaltar, ainda, que, nesse primeiro momento, a atuação política permanecia privilégio de algumas poucas mulheres que faziam parte do mundo oligárquico⁸.

No âmbito internacional, começavam discussões acerca da necessidade de as mulheres conquistarem acesso político total, como a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos, de 17 de março de 1949, que continha dois artigos estabelecendo que o direito ao voto e o de ser eleito não deveriam ser restringidos nem negados em razão do sexo. Internamente, amadurecia a ideia de que o voto deveria ser universal (abrangendo homens e mulheres de todas as classes sociais e etnias). Esse contexto, aliado à convicção de grupos nacionalistas da importância de se enfraquecer o poder das elites, levou à Revolução de 1952 (Revolução Nacional)⁹.

⁵ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 08.

⁶ BOLÍVIA. Soberana Asamblea Nacional. **Constitución Política de 1938**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-30-de-octubre-de-1938/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

⁷ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 08.

⁸ HONORABLE CONGRESO NACIONAL. **La participación política de las mujeres en el parlamento**. La Paz: UMBAPOL, 2002, p. 03.

⁹ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 09.

A partir desse momento, foi reconhecido o direito ao voto a todos os homens e mulheres, independente de sua condição étnica, social ou econômica¹⁰, em todos os processos eleitorais nacionais, através da Lei do Voto Universal, de 21 de julho de 1952¹¹. Este direito foi também consagrado formalmente na Constituição Política do Estado de 1961. Há que se notar, contudo, que, não obstante citada conquista, a atuação feminina dentro do movimento revolucionário se mantinha no campo das “ações de apoio”, sem se estender para a responsabilidade de decisão política¹².

Alguns anos mais tarde, ocorreu o golpe de Estado de 1964, trazendo ao poder uma junta militar que buscou alianças com os setores camponeses, aprovando em 1967 uma nova Constituição de Estado, cujo texto recuperava as conquistas sociais mais importantes já contempladas em outros documentos. Nesse sentido, previa expressamente em seu artigo 41 que seriam cidadãos os bolivianos homens ou mulheres, de vinte e um anos ou de dezoito se casados, com qualquer grau de instrução, ocupação ou renda; e, em seu artigo 40, estabelecia os direitos que consistiriam a cidadania, dentre os quais o de ser eleitor e elegível¹³.

De toda forma, o que se observa no período é que a cidadania alcançada pelas mulheres não logrou desencadear um processo de aprofundamento do exercício de seus direitos políticos em participação efetiva. Com efeito, a agenda feminina restou bastante silente na vigência da ditadura¹⁴.

Recuperada a democracia em 1982, eclodiram movimentos que enfatizavam essa necessidade de superação da etapa de conquista ao acesso político. Nesse sentido, trabalhava-se o conceito de equidade de gênero, evidenciando-se que as normas até então aplicadas para permitir o ingresso das mulheres na política não levaram em consideração a importância de se compensar as desvantagens

¹⁰ HONORABLE CONGRESO NACIONAL. **La participación política de las mujeres en el parlamento**. La Paz: UMBAPOL, 2002, p. 03.

¹¹ SALINAS, Gloria. **Participación política y liderazgos de mujeres en Bolivia**. La Paz: CIDEM, 2001, p. 38.

¹² URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 9/10.

¹³ BOLÍVIA. **Constitución Política de 2 de Febrero de 1967**. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/bolivia1967.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

¹⁴ SALINAS, Gloria. **Participación política y liderazgos de mujeres en Bolivia**. La Paz: CIDEM, 2001, p. 19.

históricas e sociais do gênero feminino, em especial seu ingresso tardio na vida pública¹⁵.

Em 1994, aprovou-se em território nacional a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, em inglês), documento que impulsionou os esforços de mulheres militantes, parlamentares e partidárias em exigir uma política normativa que aplicasse de fato a equidade de gênero¹⁶. Uma das consequências dessa discussão pode ser notada na redação do inciso 8 do artigo 2º da Lei de Reforma Educativa (1994), que incluiu como objetivo da educação boliviana “gerar a equidade de gênero (...), estimulando uma maior participação ativa da mulher na sociedade”¹⁷.

Ainda, o contexto de redemocratização abriu espaço para ocorrência de diversas reformas estruturais, cujo intuito, embora não voltado especificamente ao gênero, abrangia a busca por um modelo mais participativo, com redistribuição do poder decisivo. Destacam-se, dentre tais mudanças, a Lei de Participação Popular (1994) e a Lei de Descentralização Administrativa (1995)¹⁸.

Buscando dialogar e construir alianças para a aplicação de medidas concretas de enfrentamento às limitações da sub-representação das mulheres no âmbito público e a sua exclusão do campo decisório¹⁹, e por impulso da Subsecretaria de Assuntos de Gênero, criou-se o Foro de Mulheres Políticas (mais tarde renomeado Foro Político de Mulheres), composto pela Coordenadoria da Mulher, pela Plataforma da Mulher, pela União de Mulheres Parlamentares da Bolívia, pela citada Subsecretaria e por demais mulheres militantes, incluindo, mais adiante, representantes de movimentos de mulheres e organizações da sociedade civil.²⁰ A fundação do Foro foi essencial para as discussões que possibilitaram a promulgação do próximo marco normativo boliviano na luta política de representação feminina: a Lei de Cotas, de 1997.

¹⁵ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 12.

¹⁶ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 12.

¹⁷ SALINAS, Gloria. **Participación política y liderazgos de mujeres en Bolivia**. La Paz: CIDEM, 2001, p. 33.

¹⁸ FARAH, Ivonne; SALAZAR, Cecilia. Neoliberalismo y desigualdad entre mujeres: Elementos para replantear el debate en Bolivia, p. 101-129. In: GIRÓN, Alicia (Org.). **Género y globalización**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2009, p. 105.

¹⁹ URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad**: Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009, p. 13.

²⁰ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 23/24.

Naquele contexto, estava vigente a Constituição Política do Estado de 1995²¹, a qual estabelecia, em seu artigo 46, que o Congresso Nacional seria composto pela Câmara de Deputados, formada por 130 membros, e pela Câmara de Senadores, formada por 27 cadeiras.

Conforme o artigo 60 do texto constitucional, em cada departamento, metade dos deputados deveriam ser eleitos em circunscrições uninominais por maioria simples e a outra metade em circunscrições plurinominais mediante sistema proporcional estabelecido em lei, havendo distribuição de cadeiras de acordo com o número de habitantes dos departamentos. Desde 1994, tal sistema proporcional utilizava listas de candidatos fechadas e bloqueadas²². Para a Câmara de Senadores, por sua vez, eram eleitos três membros por departamento, mediante voto universal direto, sendo dois por maioria relativa e um por primeira minoria (artigo 63), através de lista única, fechada e bloqueada.

A Lei de Reforma e Complementação ao Regime Eleitoral (Lei de Cotas) foi aprovada em 19 de março de 1997²³. Em seu texto, modificou o artigo 5º da Lei Eleitoral nº 1704, de 1996, prevendo que, nas listas de candidatos a senadores titulares e suplentes, ao menos um de quatro candidatos deveria ser mulher, e, nas listas de candidatos a deputados plurinominais, deveria haver aplicação de uma cota de no mínimo 30% de candidatas mulheres, distribuídas de forma que ao menos um candidato a cada três fosse mulher. Para as eleições presidenciais não se determinava a aplicação de cotas e para candidatos a deputados por circunscrições uninominais era estabelecido, genericamente, que se buscasse a participação efetiva da mulher.

A estruturação do sistema de representação boliviano e as definições da própria lei impediram que a aplicação da cota de 30% se traduzisse automaticamente na ocupação de 30% dos cargos no parlamento por mulheres. Nas listas de candidaturas a deputados plurinominais, conforme citado, ao menos um

²¹ BOLÍVIA. Honorable Congreso Nacional. **Constitución Política del Estado de Bolivia del 6 de Febrero de 1995.** Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-del-estado-de-bolivia-del-6-de-febrero-de-1995/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

²² ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Reformas Políticas en América Latina:** Bolivia: Bolivia Legislativo. Disponível em: <<https://reformaspoliticas.files.wordpress.com/2015/05/bolivialegislativo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

²³ BOLÍVIA. Lei nº 1988. **Ley de Reforma y Complementación Al Régimen Electoral**, de 19 de marzo de 1997. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1779.xhtml>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

candidato a cada três deveria ser mulher. Os partidos passaram, então, a alocar as candidatas femininas matematicamente nos postos múltiplos de três - ou seja, eram mulheres o 3º nome na lista, o 6º nome, o 9º e assim por diante. Essa disposição dos nomes contribuiu para diminuir as chances de eleição das mulheres, pois estavam afastadas das cabeças da lista²⁴. Apesar dessas restrições, a aplicação da cota permitiu um incremento da participação e presença das mulheres em termos quantitativos, mesmo que não nos níveis esperados, e, em termos simbólicos, gerou uma ampla legitimidade das cotas nos debates públicos sobre a demanda de participação política feminina²⁵.

No ano de 1999, com a mesma intenção de modernização do regime eleitoral boliviano, aprovou-se a Lei de Partidos Políticos. Em seu artigo 19, inciso IV²⁶, a Lei rejeitou qualquer tipo de discriminação em razão de gênero e estabeleceu como obrigação dos partidos adotar medidas normativas internas que garantissem a participação feminina, ratificando a cota de 30% em todos os níveis de direção partidária e nas candidaturas para cargos de representação cidadã (embora tenha deixado de estabelecer sanção em caso de descumprimento)²⁷. A Lei de Municipalidades, promulgada no mesmo ano²⁸, previu como competência também municipal (e não só nacional) a promoção da participação feminina na política.

Desde 1985, a Bolívia vivia um regime neoliberal, instaurado com o intuito de se reestruturar o Estado boliviano após anos de ditadura militar e outros golpes²⁹. Em abril do ano 2000, houve uma tentativa governamental de se privatizar o sistema municipal de gestão da água, na cidade de Cochabamba, que sofria com sua escassez³⁰. A população reagiu, eclodindo uma guerra que impediu a privatização. Nesse contexto, fortaleceu-se uma demanda de mudança frente ao modelo de

²⁴ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 24/25.

²⁵ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 25/26.

²⁶ BOLÍVIA. Lei nº 1983. **Ley de Partidos Políticos**, de 25 de junio de 1999. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Parties/Bolivia/Leyes/Ley1983.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

²⁷ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 26/27.

²⁸ BOLÍVIA. Lei nº 2028. **Ley de Municipalidades**, de 28 de octubre de 1999. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-2028.xhtml>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

²⁹ DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia**: A luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 18, nº 28, p. 186-205, jun. 2015, p. 188.

³⁰ DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia**: A luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 18, nº 28, p. 186-205, jun. 2015, p. 191.

democracia representativa então vigente no país, que excluía grupos mobilizados majoritários e sofria de uma incapacidade partidária de governar e se envolver com as necessidades vitais de seus representados³¹.

Tratou-se de uma reação à tendência privatizadora do bem comum e de uma demanda pela recuperação da soberania nacional, à qual se acrescentaram reivindicações para reconhecimento da multiculturalidade do país boliviano - um marco de virada da política ideológica vigente na Bolívia³².

Ocorreram, então, marchas, protagonizadas por povos indígenas, camponeses e povos originários de terras altas e baixas, que reivindicavam, além da recuperação do acesso a recursos naturais e proteção de seus direitos, uma Assembleia Constituinte, em que um novo pacto social fosse realizado para se superar todas as formas de exclusão existentes, com maior representação política e participação nas tomadas de decisões desses grupos³³.

Ditos movimentos foram essenciais também para um reconhecimento maior da participação política feminina, especialmente em virtude da luta das mulheres indígenas e camponesas³⁴, que alinhavam suas demandas próprias de gênero às de seus grupos. Com efeito, o princípio de paridade e alternância na lista de candidatos políticos foi estabelecido pela primeira vez na Lei de Associações Cívicas e Povos Indígenas, promulgada em 2004³⁵, cujo texto previa a assunção de uma cota de 50% de mulheres em todas as candidaturas a cargos de representação popular por parte destes novos atores políticos, bem como uma participação democrática nas suas eleições internas de candidatos e candidatas³⁶.

Outra alteração normativa relevante nesse processo foram as reformas do Código Eleitoral, no mesmo ano de 2004. Estas fixaram a obrigatoriedade de aplicação das cotas para listas de candidatos a deputados plurinominais e

³¹ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 33.

³² FARAH, Ivonne; SALAZAR, Cecilia. Neoliberalismo y desigualdad entre mujeres: Elementos para replantear el debate en Bolivia, p. 101-129. In: GIRÓN, Alicia (Org.). **Género y globalización**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2009, p. 111.

³³ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 33/34.

³⁴ FARAH, Ivonne; SALAZAR, Cecilia. Neoliberalismo y desigualdad entre mujeres: Elementos para replantear el debate en Bolivia, p. 101-129. In: GIRÓN, Alicia (Org.). **Género y globalización**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2009, p. 111.

³⁵ UNDP (Org.). **Promoting gender equality in electoral assistance**: Lessons learned in comparative perspective: Country report for Bolivia. 2014, p. 04.

³⁶ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 28.

senadores e estabeleceram a implementação de uma cota feminina de 30% nas listas de candidatos a vereadores (*concejales municipales*), determinando-se também uma alternância de gênero entre titulares e suplentes³⁷.

O período inicial dos anos 2000, como se observa, foi marcado por lutas de diversos movimentos sociais e alterações legislativas, sendo que estas últimas, embora avançassem em algumas das demandas, não produziram uma reforma estruturante radical do país, como era almejado pelos novos atores políticos militantes.

Gonzalo Sanchez de Lozada, presidente da Bolívia em 2002, não dava sinais de querer conciliar sua agenda política com a dos movimentos sociais, e, após a assinatura um pré-acordo com o Chile para exportar gás natural, ocorreu o conhecido “outubro negro”, quando um cerco indígena e popular levou a sua renúncia³⁸.

Seu sucessor, Carlos Mesa (2003), presidiu apenas até 2005, quando novas movimentações sociais terminaram com seu governo e houve um pedido público para que os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados declinassem seus direitos de sucessão, assumindo Eduardo Rodriguez Veltzé, presidente da Corte Suprema da Justiça, com a responsabilidade de convocar eleições gerais em dezembro daquele ano³⁹.

Ocorridas as eleições, elegeu-se presidente Evo Morales, do partido MAS (*Movimiento al Socialismo*), em 18 de dezembro de 2005, com 54% dos votos e a promessa de pôr em marcha o processo da Assembleia Constituinte, visto pelo movimento das mulheres como a oportunidade perfeita para um avanço no reconhecimento dos seus direitos⁴⁰ - entre eles, por óbvio, o de maior participação política e representação.

³⁷ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos:** Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 29.

³⁸ REVISTA FÓRUM. **A memória viva de um massacre.** Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/a-memoria-viva-de-um-massacre/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

³⁹ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos:** Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 35.

⁴⁰ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos:** Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 35.

2.2 O MOVIMENTO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 2009 E A APOSTA PELA PARIDADE

A atual Constituição boliviana foi aprovada em 25 de janeiro de 2009, com 61,43% dos votos, após uma Assembleia Constituinte que durou de agosto de 2006 a dezembro de 2007 e foi seguida de mais um ano de negociações e confrontos, tanto no Congresso quanto nas ruas, envolvendo diversos movimentos sociais e partidos políticos⁴¹.

Logo após a eleição de Evo Morales, o Congresso Nacional iniciou o processo de elaboração da Lei Especial de Convocatória à Assembleia Constituinte (LECAC) e as organizações femininas até então articuladas não deixaram de promover ações para incluir o debate de gênero e de paridade também nesta convocatória⁴². Já antes de Morales ser eleito presidente, havia se realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres para a Assembleia Constituinte, em 28 e 29 de outubro de 2004, na cidade de La Paz, no qual ditas organizações se encontraram e prepararam o Projeto de Lei de Paridade de Gênero, que buscava assegurar 50% de cadeiras para as mulheres na Assembleia⁴³.

Pautavam sua argumentação no princípio de justiça democrática, baseada na ideia de representação especular - ou seja, de que o processo constituinte deveria refletir de forma proporcional a diversidade e heterogeneidade da população⁴⁴. Postulavam também que as mulheres eleitas deveriam levar consigo demandas de desestruturação das relações de poder que haviam gerado a exclusão feminina do âmbito político⁴⁵.

⁴¹ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 05.

⁴² NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 36.

⁴³ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 12.

⁴⁴ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 36.

⁴⁵ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 37.

Em março de 2006, a LECAC foi aprovada⁴⁶, convocando a Assembleia Constituinte e definindo o processo e a forma de eleição de seus participantes. Em seu texto, estabelecia que seria composta de 255 representantes, dos quais 45 seriam eleitos nas nove circunscrições departamentais do país (por lista plurinominal) e os outros 210 seriam eleitos em 70 circunscrições territoriais (por lista uninominal)⁴⁷, adotando-se, assim, um sistema distrital misto de votação.

As postulações de partidos políticos, associações civis e povos indígenas, portanto, deveriam incluir três candidatos a constituintes por cada circunscrição territorial (dentre os quais os dois primeiros deveriam necessariamente corresponder a um binômio homem-mulher ou mulher-homem) e cinco candidatos por circunscrição departamental (dos quais ao menos dois deveriam ser mulheres, respeitada a alternância)⁴⁸. No primeiro sistema, o binômio ganhador da circunscrição uninominal ingressaria na Assembleia e o terceiro nome (menos votado) seria assembleista da segunda força política. No segundo, dois constituintes iriam para a primeira maioria, um para a segunda força, um para a terceira e um para a quarta⁴⁹.

Essa decisão normativa, ao contrário da proposta de uma Assembleia em que a presença feminina correspondesse a 50% das cadeiras, resultou na ocupação de 33% dos assentos por mulheres na Constituinte, já que estas raramente eram posicionadas no topo das listas⁵⁰. Ainda assim, eram 88 mulheres de 255 integrantes, a porcentagem mais alta de participação feminina em espaços de decisão na história da Bolívia⁵¹.

⁴⁶ BOLÍVIA. Lei nº 3364. **Ley especial de convocatoria a la Asamblea Constituyente**, de 6 de marzo de 2006. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-3364.xhtml>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁴⁷ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 37.

⁴⁸ OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Org.). **La política de paridad y alternancia de género en los órganos de elección del Estado Plurinacional de Bolivia y en las instancias políticas intermedias**: Un avance en la garantía de la autonomía en la toma de decisiones de las mujeres. 2013, p. 06.

⁴⁹ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 37/38.

⁵⁰ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 12.

⁵¹ CHÁVEZ, Franz. **Constitución-Bolivia**: Vacuna femenina contra la letra muerta. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/2009/02/constitucion-bolivia-vacuna-femenina-contra-la-letra-muerta/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

Em janeiro de 2007, aconteceu o Primeiro Encontro de Mulheres Constituintes e Parlamentares, sob a presidência de Silvia Lazarte, uma líder camponesa proeminente que Evo Morales havia escolhido também como presidente da Assembleia Constituinte. As mulheres eleitas que se reuniram nesse encontro criaram a Coordenadoria de Unidade das Mulheres Constituintes de Bolívia, com a inclusão de todas as representantes mulheres de partidos políticos eleitas na Assembleia, objetivando produzir uma plataforma articulada de suas demandas⁵².

No entanto, havia diferentes tipos de representantes dos interesses femininos na Assembleia Constituinte, existindo, por consequência, fatores étnicos e de classe que dividiam o movimento boliviano de mulheres. Dentre essas representantes, o setor indígena se destacava, com um longo histórico de organização de protestos e mobilizações lideradas por suas mulheres⁵³, tendo crescido ainda mais com a eleição de Evo Morales.

A dinâmica do movimento das mulheres, até então, não abordava as diferenças étnicas como um desafio político, especialmente dada a formação de coletivos e organizações não-governamentais feministas por mulheres mestiças de classe média⁵⁴. A Assembleia Constituinte, porém, mudou essa dinâmica, pois 45% das mulheres presentes eram indígenas e, pela primeira vez, estavam em um espaço institucional que as colocava formalmente na mesma posição do que mulheres não-indígenas e homens⁵⁵.

Muitas feministas urbanas criticavam o princípio do dualismo ou da dualidade, reivindicado pelas mulheres indígenas como essencial para superação do machismo no Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas na América, em 2003. O dualismo considera o feminino e o masculino como duas energias complementares encontradas em uma mesma deidade e que se fundem em uma só, em um Supremo

⁵² ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 12/13.

⁵³ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 13.

⁵⁴ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 13.

⁵⁵ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 14.

dual, composto por Mãe e Pai⁵⁶. Isso significava que mulheres deveriam ocupar o espaço público em conjunto com seus maridos, mas não individualmente⁵⁷.

Por outro lado, as mulheres indígenas criticavam as organizações feministas, acusando-as de receberem dinheiro de fontes estrangeiras, de defenderem uma ideologia de mulheres contra homens ao invés de reconhecer a contribuição de cada gênero para a sociedade e de tratarem as indígenas como clientela⁵⁸.

Contudo, apesar de suas diferenças, as mulheres lograram unir-se na Assembleia Constituinte a fim de obter sucesso nos seus interesses específicos de representação, ainda que não houvesse uma coalizão oficial que as aproximasse⁵⁹.

As organizações feministas já haviam lançado o projeto Mulheres e Assembleia Constituinte, e este, mais tarde, se tornou o Movimento Mulheres Presentes na História (MPH), lançado e sustentado pela Coordenadoria da Mulher (uma rede de desenvolvimento e organização não-governamental de mulheres) em 2004, contando com a participação do citado Foro Político Nacional de Mulheres. O MPH organizou mais de 400 encontros e oficinas por toda Bolívia, nos seus nove departamentos⁶⁰, e consultou mais de 25.000 líderes sociais, sindicais e profissionais, oriundas de diferentes regiões, para elaborar propostas de mudanças constitucionais substanciais⁶¹.

Uma plataforma foi elaborada ao final dessas consultas, em 2006, fornecendo dados empíricos da desigualdade de gênero e propondo diversos princípios a serem incorporados pela nova Constituição, incluindo a paridade de gênero e a alternância nas eleições e nas instituições políticas. Apesar de não abordar a noção de gênero

⁵⁶ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 10.

⁵⁷ CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 162.

⁵⁸ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 14.

⁵⁹ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 25.

⁶⁰ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 21.

⁶¹ CHÁVEZ, Franz. **Constitución-Bolivia**: Vacuna femenina contra la letra muerta. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/2009/02/constitucion-bolivia-vacuna-femenina-contra-la-letra-muerta/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

enquanto dualidade, o documento incluiu, em sua redação final, a necessidade de reconhecimento dos direitos coletivos indígenas ao território e a suas instituições tradicionais, bem como uma proposta de eliminação de todas as formas de discriminação de mulheres em normas consuetudinárias relativas à redistribuição de terra⁶².

Dessa maneira, embora as feministas urbanas não tivessem inicialmente se aberto à agenda indígena e apresentassem desconfiança quanto a seus princípios, houve uma aceitação geral por parte das mulheres indígenas quanto à plataforma elaborada pelo Movimento Mulheres Presentes na História. Isto porque, como explicitado, o documento envolveu um processo consultivo longo ao redor de todo país, incluindo, assim, mulheres de variados setores da sociedade em sua construção, que resultou representativa e inclusiva⁶³. Com efeito, o Pacto de Unidade, apresentado como plataforma constitucional dos indígenas em maio de 2007 (na sua versão final), abrangeu propostas do MPH, como a linguagem não-sexista e diversos componentes de gênero⁶⁴.

Outro ponto que fortaleceu o movimento das mulheres na Constituinte (e, por consequência, permitiu que algumas de suas demandas fossem concretizadas na nova Constituição) foi a sua união contra certas atitudes do governo de Evo Morales. Morales foi o primeiro presidente auto-identificado como indígena e, junto com seu partido (*Movimento ao Socialismo* - MAS), agia em prol de tal bandeira. Não obstante, seu governo demonstrou tendências machistas, tomando medidas que negavam a importância dos direitos das mulheres.

Dentre tais medidas, destaca-se o desmonte pelo governo do Subsecretariado de Gênero criado em 1990, sob o pretexto de que as mulheres não eram minoria e, portanto, não poderiam ter um ministro exclusivamente voltado a seus problemas. Enquanto toda agência governamental focava em assuntos indígenas, dos 20 Ministérios criados, apenas três tinham pontos centrados em

⁶² ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 22.

⁶³ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 14.

⁶⁴ ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011, p. 19/20.

gênero nos seus programas, e a igualdade entre mulheres e homens era tratada como uma consequência natural da destruição da opressão étnica⁶⁵.

O grupo feminino da Constituinte de 2006, formado por mulheres urbanas, indígenas e camponesas, tinha uma agenda voltada especialmente à reivindicação de paridade nas listas dos partidos. Unidas e compondo um terço da Assembleia, organizaram-se para apresentar uma plataforma conjunta e coordenar um trabalho de *lobby*, contando com o apoio e liderança da presidente da Constituinte⁶⁶. Durante as sessões, dia a dia, as mulheres estiveram presentes para incluir no debate suas propostas de mudança, através de estratégias como: alianças com organizações sociais, apresentação de suas demandas em todos os espaços possíveis e realização de encontros e mobilizações políticas⁶⁷.

A Constituição de 2009, concebida em um contexto político polarizado, graças à ação conjunta das mulheres bolivianas, codificou diversos direitos femininos, tais como igualdade de pagamento para trabalhos do mesmo valor, igualdade de acesso a terras das comunidades indígenas e a igualdade nas eleições para o Congresso⁶⁸. É de se notar, no entanto, que o texto constitucional não especificava como essa última seria atingida, embora a citasse em nove disposições⁶⁹.

Significativas modificações na estrutura dos órgãos de poder também ocorreram. O Congresso Nacional passou a ser chamado de Assembleia Legislativa Plurinacional⁷⁰. A Câmara dos Deputados continuou a ser composta pelo mesmo sistema misto das Constituições anteriores, considerando-se, no entanto, circunscrições especiais indígenas (artigo 146). A Câmara dos Senadores, por sua

⁶⁵ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 10.

⁶⁶ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 10.

⁶⁷ MOVIMIENTO DE MUJERES PRESENTES EN LA HISTORIA. **La agenda de las mujeres en el Proceso Constituyente**. La Paz: Coordinadora de La Mujer, 2008.

⁶⁸ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 11.

⁶⁹ Conforme tabela constante em: NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 42.

⁷⁰ BOLÍVIA. Asamblea Constituyente. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**, promulgada el 9 de febrero 2009. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-del-estado-plurinacional-de-bolivia-promulgada-el-9-de-febrero-2009/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

vez, passou a ser composta por 36 membros (quatro por departamento), eleitos por sistema proporcional de lista única, fechada e bloqueada⁷¹.

O texto constitucional criou também as Assembleias Departamentais (com função deliberativa, fiscalizadora e legislativa) para cada governo autônomo departamental, prevendo os princípios de alternância e paridade para a sua formação (artigo 278, inciso II), através de uma norma constitucional de eficácia limitada - ou seja, dependente de uma regulamentação legal para ser aplicada⁷².

A disposição transitória primeira da Constituição de 2009 estabeleceu um prazo de 60 dias a partir de sua promulgação para que fosse sancionado um novo regime eleitoral, regulamentando as eleições da Assembleia Legislativa Plurinacional, do Presidente e Vice da República (que ocorreriam em 6 de dezembro de 2009) e das autoridades departamentais e municipais (previstas para 4 de abril de 2010)⁷³.

Tal processo de reforma eleitoral permitiu outra oportunidade para a cooperação feminina, especialmente pela hostilidade de colegas partidários masculinos em relação a suas propostas de paridade e as pressões que sofriam para renunciar a seus cargos em favor do suplente homem. Assim, através de campanhas públicas, intervenções na mídia e *lobby* no Congresso, grupos feministas e as mulheres eleitas postularam que a nova lei eleitoral dispusesse sobre listas paritárias e previsse medidas contra o assédio político baseado em gênero⁷⁴.

Destaca-se, também, a elaboração de documentos que identificavam os desafios de se traduzir os princípios constitucionais em normas efetivas, a partir dos quais surgiram várias propostas de como garantir a inclusão dos princípios de

⁷¹ ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Reformas Políticas en América Latina:** Bolivia: Bolivia Legislativo. Disponível em: <<https://reformaspoliticas.files.wordpress.com/2015/05/bolivialegislativo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

⁷² “Artículo 278. (...)”

II - La ley determinará los criterios generales para la elección de asambleístas departamentales, tomando en cuenta representación poblacional, territorial, de identidad cultural y lingüística cuando son minorías indígena originario campesinas, y paridad y alternancia de género.”

BOLÍVIA. Asamblea Constituyente. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**, promulgada el 9 de febrero 2009. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-del-estado-plurinacional-de-bolivia-promulgada-el-9-de-febrero-2009/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

⁷³ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos:** Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 45.

⁷⁴ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups:** Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 11.

paridade e alternância na Lei de Regime Eleitoral Transitória⁷⁵. As principais proposições incluíam listas de pares, reserva de assentos para mulheres, listas separadas de homens e mulheres e presença mínima de 50% de mulheres nas listas de candidatura (tanto para circunscrições plurinominais como uninominais)⁷⁶, dando-se foco, no entanto, para a última proposição.

As negociações ocorreram entre fevereiro e abril de 2009, contando com a resistência de muitos congressistas, os quais argumentavam a inexistência de mulheres preparadas para preencher 50% das candidaturas e que estas não queriam de fato participar da política. Por outro lado, houve diversas mobilizações femininas (como a presença constante de mulheres nos debates do Senado vestidas com uma camiseta em que se lia *Vigilancia por la Paridad: 50% Mujeres, 50% Hombres*) e alianças de deputadas e senadoras eleitas⁷⁷.

Nesse contexto, importa mencionar a relevante atuação das mulheres indígenas, que souberam utilizar tanto a sua influência no grupo étnico como no grupo feminino. Em uma das sessões de discussão, a Senadora Leonilda Zurita convidou Cristina Rojas, uma mulher indígena, a falar em favor da proposta de paridade, e o fato de estar vestida em um vestido tradicional (*de pollera*) perante homens de origem indígena e camponesa foi decisivo para que escutassem efetivamente seu argumento⁷⁸.

A Lei Eleitoral Temporária, aprovada pelo Congresso em 13 de abril de 2009, deixou de usar o termo “paridade”, mas previu, em seu artigo 9, a “igualdade de oportunidades” entre homens e mulheres nas listas de candidatos e candidatas a senadoras e senadores, deputadas e deputados titulares e suplentes, assembleístas departamentais e vereadores (*concejales municipales*)⁷⁹. Estabeleceu também a necessidade de existir nessas listas um candidato titular homem (com uma candidata suplente mulher) e em seguida uma candidata titular mulher (com um

⁷⁵ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 45.

⁷⁶ Uma definição mais detalhada de cada proposta pode ser encontrada em: NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 47/51.

⁷⁷ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 54.

⁷⁸ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 11/12.

⁷⁹ BOLÍVIA. Lei nº 4021. **Ley de Régimen Electoral Transitorio**, de 14 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/ley-regimen-electoral-transitorio.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

candidato suplente homem) ou vice-versa, salvo nas listas uninominais, em que bastaria a alternância entre titulares e suplentes em cada circunscrição. Não foi disposto nenhum mecanismo para as candidaturas das circunscrições uninominais especiais indígenas⁸⁰.

Como forma de promover a implementação da Lei, movimentos feministas e blocos indígenas organizaram uma campanha massiva de conscientização chamada Mulheres Prontas para as Listas (*Mujeres Listas para las Listas*). Os partidos, contudo, aplicaram a lei paritária de uma forma mínima, sendo que, dos 1046 candidatos registrados a competir, apenas 179 mulheres foram colocadas como candidatas titulares. Houve, de fato, a eleição de um número recorde de mulheres, mas a maioria veio das listas de representação proporcional: 47% dos deputados de circunscrições plurinominais eleitos eram mulheres, enquanto estas representavam apenas 11% dos deputados ganhadores em distritos uninominais e nenhum dos candidatos eleitos nos sete distritos indígenas⁸¹.

Em 2010, o Congresso discutiu e aprovou uma lei eleitoral permanente e, graças à aliança feminina para evitar que os partidos explorassem as brechas legais e somente designassem as mulheres como suplentes, esta nova lei exigia que 50% dos candidatos titulares de todos os distritos uninominais indicados pelos partidos fossem mulheres⁸². Ainda, passou a reconhecer o assédio político como crime eleitoral (artigo 238, alínea p) e estabeleceu o princípio de paridade também para os distritos indígenas reservados (artigo 11)⁸³.

Outras leis foram aprovadas pelo Congresso, visando estabelecer a paridade entre homens e mulheres no Tribunal Eleitoral, no Judiciário, no Tribunal Constitucional e na seleção de líderes dos territórios indígenas autônomos⁸⁴. Ademais, no início de sua segunda gestão presidencial (em 2010) e cedendo às pressões femininas (especialmente de comunidades indígenas), Evo Morales formou

⁸⁰ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 61.

⁸¹ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 12.

⁸² HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 12.

⁸³ BOLÍVIA. Lei nº 026. **Ley del Régimen Electoral, de 30 de junio de 2010**. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁸⁴ HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013, p. 12.

o gabinete de ministros aplicando a paridade: dos 20 ministérios, 10 foram encabeçados por homens e 10 por mulheres⁸⁵.

2.3 AS CONQUISTAS OBTIDAS E OS DESAFIOS PENDENTES

Na mais recente estatística publicada pela organização *Inter-Parliamentary Union*, datada em 1º de junho de 2018⁸⁶, a Bolívia está classificada como o 3º lugar do mundo com maior número de mulheres em seu Parlamento Nacional (a Assembleia Legislativa Plurinacional), as quais ocupam 53,1% da Câmara de Deputados e 47,2% da Câmara de Senadores.

Entre 1982 e 2009, 910 deputados e 182 senadores haviam sido eleitos no país, sendo que, na primeira categoria, apenas 83 (9%) eram mulheres e, na segunda, apenas nove (5%) eram mulheres⁸⁷.

Antes da aplicação de cotas de gênero em candidaturas políticas, em 1993, as mulheres representavam 10% da Câmara de Deputados e 4% da Câmara de Senadores do país⁸⁸. Após a Lei de Cotas, em 1997, eram 12% dos deputados, sendo que esta porcentagem aumentou para 18% em 2002 e diminuiu para 17% no ano de 2005. Por outro lado, em 1997, as mulheres permaneceram sendo 4% do total de senadores. Em 2002, houve um aumento dessa porcentagem para 15%, mas em 2005, as mulheres voltaram a significar 4% do total⁸⁹.

Com a aplicação da paridade, em 2009, as mulheres passaram a representar 23% da Câmara de Deputados e 44% da Câmara de Senadores, naquele mesmo ano⁹⁰. Em 2014, alcançaram-se os números atuais, situação que foi chamada de uma das maiores conquistas de representação feminina no Legislativo em âmbito

⁸⁵ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 44.

⁸⁶ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1st June 2018. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010618.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁸⁷ UNDP (Org.). **Promoting gender equality in electoral assistance**: Lessons learned in comparative perspective: Country report for Bolivia. 2014, p. 04.

⁸⁸ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 25.

⁸⁹ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 26.

⁹⁰ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 26 e p. 77.

mundial, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015, com um aumento de 42 pontos percentuais em relação a 20 anos antes⁹¹.

É de se notar, ainda, que a conquista de maior participação feminina na Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia não é um fato isolado, pois se repete na configuração das nove Assembleias Departamentais e nos Conselhos das 339 municipalidades da Bolívia (equivalentes às Câmaras de Vereadores)⁹². Com efeito, em 2004, as mulheres representavam 19% dos vereadores titulares; em 2010, transformaram-se em 43% do total; e, em 2015, passaram a constituir 51,1% das vereadoras eleitas⁹³. Em relação aos assembleistas departamentais, em 2010, as mulheres eram 28% do total⁹⁴, o que se manteve em 2013, aumentando para 45% em 2015⁹⁵.

Ainda, a partir de 2012, as duas Câmaras da Assembleia Legislativa Plurinacional começaram a ter mulheres como líderes⁹⁶. Gabriela Montañó presidiu a Câmara de Senadores na gestão 2012-2013, sendo substituída em seguida por Eugenio Rojas (gestão 2014-2015), a quem se seguiu José Alberto Gonzales⁹⁷ (gestão 2015-2016, 2017-2018 e 2018-2019⁹⁸). A Câmara de Deputados, por seu turno, foi presidida por Betty Tejada na legislatura 2012-2013, por Marcelo Elvis

⁹¹ ARIÑEZ, Rubén. **ONU destaca la presencia de la mujer en política**. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/ONU-destaca-presencia-mujer-politica_0_2322367833.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

⁹² ARIÑEZ, Rubén. **ONU destaca la presencia de la mujer en política**. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/ONU-destaca-presencia-mujer-politica_0_2322367833.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

⁹³ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 126.

⁹⁴ Os resultados das eleições de 2010 refletem as dificuldades de um sistema de representação misto: há uma porcentagem relevante de mulheres nas circunscrições territoriais plurinominais e uma baixa representação nas circunscrições por território e indígenas uninominais: no primeiro tipo de circunscrição representavam 42% dos assembleistas titulares e 58% dos suplentes; no segundo tipo representavam 17% dos titulares e 81% dos suplentes. Conforme: NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 79/80.

⁹⁵ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 110.

⁹⁶ UNDP (Org.). **Promoting gender equality in electoral assistance: Lessons learned in comparative perspective: Country report for Bolivia**. 2014, p. 07.

⁹⁷ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 81.

⁹⁸ CÁMARA DE SENADORES. **Directiva 2018-2019**. Disponível em: <<http://senado.gob.bo/legislativa/directiva>> Acesso em: 16 fev. 2018.

Chávez na legislatura 2014-2015 e, em 2015, passou a ter como presidente Gabriela Montañó⁹⁹, a qual, em 2018, ainda seguia no posto¹⁰⁰.

Nunca houve uma mulher presidente nem vice-presidente eleita na história da Bolívia¹⁰¹, apenas tendo Lydia Gueiler Tejada, em circunstâncias excepcionais¹⁰², assumido o posto entre 1979 e 1980. Embora as mulheres tenham alcançado a paridade nos gabinetes ministeriais em 2010, conforme anteriormente citado, a situação mudou em 2012, quando passaram a ser 35% dos ministros¹⁰³. Atualmente, são apenas 20% destes¹⁰⁴. Cada departamento na Bolívia possui um governador departamental, e, até então, nenhuma mulher ocupou o cargo de governadora¹⁰⁵. Em relação aos prefeitos municipais, observa-se que, desde 1999 até 2015 (últimas eleições subnacionais), não houve alteração significativa quanto à porcentagem de mulheres eleitas: eram 7% em 1999, 4% em 2004, 7% em 2010 e são, atualmente, 9% do total¹⁰⁶.

Na Bolívia, as autoridades máximas dos órgãos judiciais são eleitas por sufrágio popular, desde a nova normativa constitucional e a promulgação da Lei de Órgão Judicial e da Lei do Tribunal Constitucional Plurinacional (ambas de 2010), prevendo-se a equivalência de gênero¹⁰⁷.

Nas primeiras eleições populares judiciais, ocorridas em 2011, aplicou-se lista única, com paridade e alternância, para a eleição (em circunscrição nacional), por maioria simples, dos cinco membros titulares e suplentes do Conselho de

⁹⁹ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 83.

¹⁰⁰ CÁMARA DE DIPUTADOS. **Directiva Camaral**. Disponível em: <<http://www.diputados.bo/legisladores/directiva-camaral>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

¹⁰¹ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 131.

¹⁰² BALDEZ, Lisa; BRAÑEZ, Patricia. ¿Cuánto hemos avanzado las mujeres con las cuotas? El caso boliviano, p. 141-168. In: MAGDALENA LEÓN (Ed.). **Nadando contra la corriente: Mujeres y cuotas políticas en los Países Andinos**. Quito: UNIFEM, 2005, p. 141.

¹⁰³ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 133.

¹⁰⁴ MINISTERIO DE LA PRESIDENCIA. **Gabinete de Ministros**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

¹⁰⁵ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 148.

¹⁰⁶ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 150.

¹⁰⁷ COORDINADORA DE LA MUJER. **Balance de 5 leyes promulgadas**. 2010, p. 09.

Magistratura e dos sete membros titulares e suplentes do Tribunal Constitucional¹⁰⁸. Da mesma forma, para os sete membros do Tribunal Agroambiental - embora a paridade nas candidaturas deste Tribunal não tenha sido total¹⁰⁹.

Por outro lado, conforme estabelece o artigo 34 da Lei de Órgão Judicial¹¹⁰, havia uma lista separada de homens e mulheres para a eleição dos nove membros titulares e suplentes do Tribunal Supremo de Justiça (por circunscrição departamental), elegendo-se, em cada departamento, uma magistrada ou um magistrado titular (aquela ou aquele com maior número de votos válidos). Se fosse eleita uma mulher, o suplente seria o homem mais votado de sua lista (ou vice-versa).

Em 2010, não havia nenhuma mulher no Tribunal Constitucional (então composto por cinco membros) nem no Tribunal Agroambiental (formado por quatro magistrados). De outra forma, eram 20% do Tribunal Supremo de Justiça (que possuía 12 autoridades) e 50% do Conselho de Magistratura (constituído de duas autoridades), totalizando 9,6 % em todas as instâncias. Após as primeiras eleições populares, as mulheres converteram-se em 33% das autoridades titulares do Tribunal Supremo de Justiça, 57% do Tribunal Constitucional, 43% do Tribunal Agroambiental e 40% do Conselho de Magistratura - correspondendo a um total de 43% em todas as instâncias¹¹¹, um aumento bastante significativo.

No entanto, em dezembro de 2017, aconteceram novas eleições, baseando-se em modificações da Lei de Órgão Judicial, da Lei do Tribunal Constitucional Plurinacional e da própria Lei de Regime Eleitoral (feitas pela Lei nº 929, de 27 de abril de 2017¹¹²), bem como na promulgação de uma lei transitória para eleições dessas autoridades, a Lei nº 960, de 23 de junho de 2017¹¹³.

¹⁰⁸ ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **Elección de las máximas autoridades del Órgano Judicial y del Tribunal Constitucional**. Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/triptico_octubre_vota_2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

¹⁰⁹ ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **Papeleta de votación**. Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/papeleta_elecciones_judiciales_2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

¹¹⁰ BOLÍVIA. Lei nº 025. **Ley del Órgano Judicial**, de 25 de junio de 2010. Disponível em: <<http://tsj.bo/wp-content/uploads/2014/03/Ley-025.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

¹¹¹ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 158.

¹¹² BOLÍVIA. Lei nº 929. **Ley de 27 de abril de 2017**. Disponível em: <<http://www.diputados.bo/leyes/ley-n%C2%B0-929>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

¹¹³ BOLÍVIA. Lei nº 960. **Ley de 23 de junio de 2017**. Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/07/Ley_960.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

O artigo 4 da Lei nº 960 estabelecia que as eleições do Tribunal Supremo de Justiça ocorreriam a partir de uma lista única de quatro candidatos, elegendo-se a magistrada ou o magistrado titular de cada departamento de acordo com a obtenção de maior número de votos válidos, sendo o suplente o seguinte mais votado, independente de gênero. Assim também passou a ser a votação do Tribunal Constitucional Plurinacional. Em contrapartida, os membros do Tribunal Agroambiental foram escolhidos de uma lista única de 14 candidatos, em circunscrição nacional, elegendo-se como titulares os cinco mais votados (e suplentes os cinco seguintes); e os membros do Conselho de Magistratura de uma lista de 10 candidatos, também em circunscrição nacional, sendo eleitos os três mais votados titulares e os seguintes três suplentes. Nos dois casos, também não se previa nenhum quesito de gênero.

Em consequência, atualmente, as mulheres são 11% do Tribunal Supremo de Justiça, 44% do Tribunal Constitucional, 60% do Tribunal Agroambiental e 33% do Conselho de Magistratura - o que equivale a um total de 35% em todas as instâncias¹¹⁴, constatando-se um retrocesso em relação à busca de paridade.

Também desde a Constituição de 2009 e a promulgação da Lei do Órgão Eleitoral Plurinacional (2010), há eleição de membros do Tribunal Supremo Eleitoral e dos Tribunais Departamentais Eleitorais, considerando-se a equivalência de gênero. Essa lei estabelece, em seu artigo 12, que ao menos dois membros do Tribunal Supremo Eleitoral devem ser de origem indígena e três devem ser mulheres, eleitos pela Assembleia Legislativa Plurinacional, por dois terços dos votos dos assembleístas presentes¹¹⁵. O TSE é composto por sete membros e um deles é indicado pelo presidente do Estado. No ano de 2018, possuía em sua composição quatro mulheres¹¹⁶, sendo sua presidente uma delas¹¹⁷.

Os Tribunais Departamentais Eleitorais, por seu turno, devem possuir cinco membros, dos quais ao menos um deve ser indígena e dois devem ser mulheres,

¹¹⁴ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Porcentaje de mujeres en cargos directivos en el Poder Judicial**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Sistema-de-Informacion/Elecciones-Judiciales-2017/Porcentaje-de-mujeres-en-cargos-directivos-en-el-Poder-Judicial>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹¹⁵ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 165.

¹¹⁶ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Porcentaje de mujeres en cargos directivos en el OEP**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Porcentaje-de-mujeres-en-cargos-directivos-en-el-OEP>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹¹⁷ ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **¿Quiénes somos?** Disponível em: <<https://www1.oep.org.bo/institucional/quienes-somos/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

designados pelas Assembleias Departamentais, por dois terços de votos dos presentes, sendo um dos membros em cada Tribunal Departamental indicado pelo presidente¹¹⁸. Em 2018, 51% do total de membros dos Tribunais Departamentais Eleitorais eram mulheres¹¹⁹.

Diante dos resultados expostos, conclui-se que a paridade e a alternância são princípios consagrados na Bolívia para a eleição de diversas autoridades, em nível municipal, departamental e nacional e para órgãos legislativos, eleitorais e (em teoria) judiciais - especialmente graças à luta constante de organizações femininas de todas as classes e etnias. No entanto, conforme detalhado, as peculiaridades do sistema eleitoral boliviano resultam em uma proporção de eleitos que nem sempre é totalmente paritária. Igualmente, os retrocessos normativos por vezes ocorrem.

Com efeito, estimativas do Observatório de Paridade Democrática demonstram que há um baixo índice de paridade em relação a autoridades eleitas em nível municipal, equivalente a 0,33 (em uma escala de 0 a 1 - que seria paridade total)¹²⁰; um nível médio de paridade em nível departamental, de 0,57¹²¹; e, em nível nacional, há um resultado mais próximo da paridade, sendo o mais alto entre todos, de 0,65¹²². Apenas há paridade total (índice 1) na participação das mulheres como eleitoras¹²³.

Há, ainda, muita resistência à participação das mulheres bolivianas na política. Em entrevistas realizadas em 2015 pela Coordenadoria da Mulher, observou-se que boa parte da população prefere votar no partido opositor a votar em

¹¹⁸ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 167.

¹¹⁹ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Porcentaje de mujeres en cargos directivos en el OEP**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Porcentaje-de-mujeres-en-cargos-directivos-en-el-OEP>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹²⁰ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de cumplimiento de la paridad a nivel municipal**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Alndice-de-cumplimiento-de-la-paridad-a-nivel-municipal>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹²¹ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de cumplimiento de la paridad a nivel departamental**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Alndice-de-cumplimiento-de-la-paridad-a-nivel-departamental>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹²² OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de paridad en la participación electoral como autoridades electas**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Alndice-de-paridad-en-la-participaciAsn-electoral-como-autoridades-electas>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹²³ OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de paridad en la participación electoral como electoras**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Alndice-de-paridad-en-la-participaciAsn-electoral-como-electoras>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

uma mulher¹²⁴. Isto exige que, além de medidas normativas, se produzam mudanças simbólicas que as acompanhem, como sensibilizar a opinião pública e os meios de comunicação, trabalhar com organizações e forças políticas e dar visibilidade a lideranças femininas¹²⁵. É necessário de fato modificar as relações de poder patriarcais ainda existentes, assim como eliminar o preconceito de gênero, o questionamento da capacidade feminina e as dificuldades de as mulheres acessarem em uma campanha política os mesmos recursos (financeiros, midiáticos e do eleitorado) que os homens¹²⁶. Da mesma forma, é essencial que haja um apoio às mulheres no interior dos partidos políticos, pois ainda se observam fenômenos como a “cegueira de gênero” - ou seja, a invisibilização das mulheres nos partidos quando se elegem dirigentes e candidatos¹²⁷.

Existem, igualmente, dúvidas acerca da aplicação do sistema de paridade. Muitas críticas apontam que as mulheres eleitas como representantes públicas pela via eleitoral nem sempre representam os interesses da população feminina e que a sua participação é instrumentalizada para legitimar a ordem estabelecida, de um sistema liberal, colonial e patriarcal¹²⁸. É de se notar, também, a existência de desigualdade *entre* mulheres, as quais por diversas vezes constituem grupos com interesses divergentes e, inclusive, incompatíveis¹²⁹.

Finalmente, um tema muito forte na Bolívia é o assédio político de gênero. Em março de 2012, Juana Quispe, ex-vereadora do município de Ancoraimes, foi encontrada morta, após mais de 20 meses sendo ameaçada e violentada fisicamente por dirigentes sociais e autoridades municipais que buscavam impedi-la de exercer seu cargo¹³⁰. Dois meses depois (e mais de 10 anos após se haver

¹²⁴ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 149.

¹²⁵ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 97.

¹²⁶ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 99/100.

¹²⁷ NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011, p. 98.

¹²⁸ SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015, p. 207.

¹²⁹ CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 161.

¹³⁰ CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**:

proposto uma lei desse caráter), foi promulgada a Lei Contra o Assédio e Violência Política às Mulheres (Lei nº 243), incluindo o assédio político nos tipos penais. Entretanto, é certo que as mulheres ainda são vistas como visitantes na política boliviana e enfrentam um terreno hostil. Nesse sentido, uma pesquisa recente mostrou que há práticas discriminatórias nos Conselhos Municipais bolivianos que vão desde mudar a hora das sessões sem avisar vereadoras até sequestros, violência sexual, destruição de moradias e expulsão de comunidades¹³¹.

Ao final, verifica-se que ainda há mais desafios pendentes que conquistas no que diz respeito à participação política feminina na Bolívia, pois as relações injustas de gênero excedem esse âmbito. No entanto, há que se reconhecer que a própria política tem seu papel de ajudar a encarar tais desafios, mediante leis específicas e, também, simbolicamente, pela presença efetiva de mais mulheres em cargos públicos de decisão¹³².

Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 164.

¹³¹ CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 166/167.

¹³² CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 169.

3. O CASO BRASILEIRO

3.1 O PERCURSO DA LUTA EM PROL DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA INTERNA

Enquanto vigente o regime imperial no Brasil, as mulheres não eram consideradas cidadãs e estavam impedidas de participar de cargos públicos (não podendo, portanto, compor a Câmara dos Deputados e o Senado). Era possível, entretanto, que ocupassem o posto mais alto de regência: o de Imperatriz. Com efeito, a Constituição de 1824 estabelecia em seu artigo 117 que o sexo masculino predominava sobre o feminino na ordem de sucessão do trono, mas não excluía a possibilidade de mulheres o ocuparem¹³³.

Tão logo difundiram-se as ideias republicanas, eclodiram movimentações para que as mulheres não fossem segregadas do direito de votar e serem votadas, destacando-se, nesse contexto, as defesas de Nísia Floresta (1809-1885), Violante Bivar e Velasco (1816-1874) e Francisca Senhorinha da Motta Diniz¹³⁴. Após a proclamação da República, em 1889, e instituída a Constituinte de 1891, tal mobilização intensificou-se. Nesse sentido, tinham força os textos da jornalista Josefina Álvares de Azevedo, nos quais apontava que a mulher, enquanto ser pensante e de individualidade emancipada, deveria ser admitida ao pleito¹³⁵.

A Constituição de 1891, no entanto, denominou como eleitores, em seu artigo 70, “todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”¹³⁶, ignorando, além das demandas públicas externas, as propostas dos médicos César Zama e Lopes Trovão na própria Constituinte, que objetivavam explicitar o direito de voto feminino¹³⁷.

¹³³ BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil**, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 29 mai. 2018.

¹³⁴ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 17.

¹³⁵ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: Várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932, p. 437-464. In: PISCITELLI, Adriana et al (Org.). **Olhares Feministas**: Coleção Educação para Todos. Brasília: Ed. Eletrônica - Ministério da Educação e UNESCO, 2007, p. 447.

¹³⁶ BRASIL. Congresso Constituinte. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

¹³⁷ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: Várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932, p. 437-464. In: PISCITELLI, Adriana et al

Como se vê, não havia uma exclusão expressa à participação das mulheres (que, aliás, sequer eram mencionadas no texto constitucional). O uso do termo “eleitores”, entretanto, foi majoritariamente interpretado como sendo destinado apenas às pessoas do sexo masculino¹³⁸. Há que se notar, não obstante, a existência de registros históricos, embora pouco repercutidos socialmente, de que três mulheres mineiras teriam logrado votar, em 1909¹³⁹.

Por outro lado, muitos pedidos femininos de alistamento eleitoral foram negados, dentre os quais o de Diva Nolf Nazario, em 1922, tendo o juiz argumentando que a expressão “cidadão brasileiro” referia-se ao cidadão do sexo masculino e que havia uma divisão entre mulheres, responsáveis pelo labor doméstico, e homens, responsáveis por prover a subsistência da família¹⁴⁰. Nazario entrou com um recurso contra a decisão, apontando que baseou-se em concepções sentimentais e filosóficas, antes que jurídicas, e argumentando que as leis não foram feitas para indicar o que é permitido, senão para indicar o que é proibido¹⁴¹. O juiz, no entanto, respondeu não ver a sentimentalidade que fora apontada pela recorrente, alegando que sua decisão era positiva em relação às mulheres e tinha base no Direito Consuetudinário. A Junta de Recursos confirmou o despacho por seus próprios fundamentos¹⁴².

Na primeira década do século XX, foi formado o Partido Republicano Feminino (1910), fundado pela professora Leonilda de Figueiredo Daltro (1860-1935), junto com outras feministas atuantes à época¹⁴³. Seguindo esses passos, Julita Monteiro Soares registrou o Partido Liberal Feminino (1920) e a bióloga Bertha Lutz e as mulheres sufragistas de 1910 fundaram a Federação Brasileira pelo

(Org.). **Olhares Feministas**: Coleção Educação para Todos. Brasília: Ed. Eletrônica - Ministério da Educação e UNESCO, 2007, p. 450.

¹³⁸ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 18.

¹³⁹ CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013, p. 73.

¹⁴⁰ GALVÃO, Laila Maia. **Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920**. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 07, nº 13, p. 176-203, 2016, p. 181.

¹⁴¹ NAZARIO, Diva Nolf. **Voto feminino e feminismo**: Um anno de feminismo entre nós. São Paulo: 1923, p. 23/24.

¹⁴² NAZARIO, Diva Nolf. **Voto feminino e feminismo**: Um anno de feminismo entre nós. São Paulo: 1923, p. 29/30.

¹⁴³ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 18.

Progresso Feminino (1922)¹⁴⁴. O movimento em favor do voto feminino envolveu diversas visitas de suas participantes à Câmara dos Deputados e ao Senado (em uma tentativa de convencer os membros do Legislativo a aprovar a igualdade política de gênero), além de um apoio internacional da comissão internacional de sufragistas¹⁴⁵. Houve, ainda, a apresentação de um projeto do deputado socialista Maurício de Lacerda, em 1917, a fim de reformar a legislação de alistamento eleitoral de maneira a contemplar a população feminina, mas a proposição foi rejeitada pelo Senado¹⁴⁶.

Aproveitando-se da brecha legal da Constituição Federal em não excluir expressamente a população feminina da cidadania, o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a permitir que uma mulher fosse eleita, através de uma reforma em sua Constituição Estadual¹⁴⁷: Alzira Soriano disputou as eleições para a prefeitura de Lajes, pelo Partido Republicano, em 1928, e venceu com 60% dos votos¹⁴⁸. No entanto, a Comissão de Poderes do Senado impediu que tomasse posse e anulou os votos de todas as mulheres, através do Parecer nº de 8A/28, sob o fundamento de que, embora a Constituição não houvesse vedado às mulheres o exercício de direitos políticos, também não havia lhes outorgado estes, não sendo suficiente, assim, a falta de proibição, existindo uma “venerável tradição doutrinária a considerar”¹⁴⁹.

Getúlio Vargas chegou ao poder através do Golpe de Estado de 1930. Dentre seus apoiadores, havia adeptos ao sufrágio feminino, que influenciaram a concessão

¹⁴⁴ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 19.

¹⁴⁵ BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 66.

¹⁴⁶ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: Várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932, p. 437-464. In: PISCITELLI, Adriana et al (Org.). **Olhares Feministas**: Coleção Educação para Todos. Brasília: Ed. Eletrônica - Ministério da Educação e UNESCO, 2007, p. 452.

¹⁴⁷ SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política**: Entre a história, as urnas e o parlamento. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015, p. 164.

¹⁴⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana da mulher**: Primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹⁴⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Glossário Eleitoral**: Voto da mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

do direito do voto às mulheres no Código Eleitoral Provisório de 1932¹⁵⁰. De início, este voto era restrito às mulheres casadas e com ensino superior, mas logo tornou-se facultativo para todas as mulheres¹⁵¹. Seguindo esta vitória, Carlota Pereira de Queiroz foi a única mulher a eleger-se para a Assembleia Nacional Constituinte de 3 de maio de 1933 e a primeira a ocupar o cargo de deputada federal no Brasil¹⁵².

Bertha Lutz também assumiu a cadeira de deputada federal, como primeira suplente, após a vacância do cargo pela morte de Cândido Pessoa. Exerceu seu mandato entre 1936 e 1937, destacando-se por apresentar o projeto de um Estatuto da Mulher¹⁵³. Neste, além de se estipular a igualdade entre os sexos, previa-se que “salvo para os efeitos militares, as expressões genéricas referentes a pessoas abrangem o homem e a mulher” (artigo 4º) e que os direitos políticos seriam assegurados aos cidadãos “sem distinção de sexo ou de estado civil, sendo extensivos às mulheres que se alistarem na forma da lei” (artigo 10)¹⁵⁴.

O Estatuto da Mulher, no entanto, não conseguiu ser aprovado, pois houve o fechamento do Congresso Nacional em dezembro de 1937¹⁵⁵, e, com a instauração do Estado Novo, o direito feminino de participar politicamente foi quase totalmente suprimido. Quando ocorreu a abertura política, em 1946, nenhuma mulher foi eleita para a Câmara de Deputados¹⁵⁶. Em 1950, voltaram a ocupar este espaço, elegendo-se unicamente Ivete Vargas para a legislatura de 1950-1954; Ivette e Nita

¹⁵⁰ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 19.

¹⁵¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Historiadora da UnB relembra conquista do voto feminino no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mulheresnapolitica-historiadora-da-unb-relembra-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

¹⁵² BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 67.

¹⁵³ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 19.

¹⁵⁴ LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**: Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010, p. 115/116.

¹⁵⁵ LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**: Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010, p. 83.

¹⁵⁶ CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013, p. 74.

Costa para o mandato de 1954-1958; e apenas Ivette para as legislaturas de 1959-1963 e 1964-1967¹⁵⁷.

Após o golpe militar de 1964, o movimento das mulheres, tal como os demais movimentos sociais e políticos, foi obstado de atuar¹⁵⁸, e continuou-se a verificar uma baixa participação feminina na Câmara dos Deputados até o início da redemocratização¹⁵⁹. Há que se observar, porém, que o feminismo brasileiro ressurgiu com maior força na metade dos anos 1970, quando as discussões internacionais sobre a condição feminina levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Mulheres feministas e populares, cumulando seus interesses de gênero à insurgência contra a ditadura, mantiveram-se ativas na resistência, criando-se a Casa da Mulher Brasileira e surgindo o Movimento Feminino pela Anistia¹⁶⁰. Não obstante, os grupos políticos pareciam ignorar a eclosão das demandas femininas e a intensidade de seu ativismo¹⁶¹, sendo que, na frente de esquerda, muitos atestavam que existia uma violência contra o homem e a mulher operários, negando a violência de gênero em si mesma¹⁶².

Nesse contexto, em 1979, pela primeira vez no Brasil uma mulher assumiu o posto de senadora: Eunice Michiles, então suplente, por falecimento do titular¹⁶³. No

¹⁵⁷ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 46.

¹⁵⁸ CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013, p. 74.

¹⁵⁹ Para a legislatura de 1967-1971 foram eleitas seis deputadas federais. Para a de 1971-1975 e 1975-1979, apenas uma. Entre 1979 e 1983, quatro mulheres fizeram parte da Câmara de Deputados e, entre 1983 e 1987, estas ocuparam oito cadeiras. Vide: MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 46.

¹⁶⁰ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 21/22.

¹⁶¹ BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 67.

¹⁶² Nesse sentido, dentro do Movimento Revolucionário 8 de março (MR8), chegou-se a afirmar que chamar atenção à violência de gênero era “culpar o operário que chega em casa cansado e bate na mulher”, jogando o jogo da ditadura ao transformar a questão em caso de polícia. Vide: BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 83.

¹⁶³ CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013, p. 74/75.

mesmo ano, em dezembro, retomou-se o pluripartidarismo, havendo uma ampliação e diversificação massiva dos grupos organizados de mulheres, envolvendo um número cada vez maior da população feminina da classe trabalhadora, ao longo dos anos 80¹⁶⁴.

Em 1982, convocaram-se eleições para o legislativo em nível municipal, estadual e federal, bem como para o governo estadual, ocorrendo mobilizações intensas das mulheres para participarem do processo. Efetivamente, houve um aumento de candidaturas femininas em relação a 1978 (quando foram 87 candidatas), para as esferas estaduais e nacional, registrando-se um total de 218 mulheres (3,9% do total). No entanto, elegeram-se apenas uma vice-governadora, oito deputadas federais (1,7% do total) e 28 deputadas estaduais (2,9% dos membros). Nenhuma mulher se elegeu senadora titular (apenas duas constavam como suplentes). Em 1978, haviam sido eleitas no percentual de 1% para Câmara dos Deputados e 2,4% para as Assembleias Legislativas, o que também demonstrou o pouco crescimento entre tais legislaturas¹⁶⁵.

Com o fim do regime militar e a eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985, verificou-se um grande impulso nas movimentações femininas, que resultou novas conquistas formais de direitos e progressos práticos.

Nesse sentido, em setembro de 1985, foi criado o Conselho Nacional da Mulher (CNDM), que teve atuação marcante na Constituinte de 1988, através do chamado “*Lobby do Batom*”, para que fossem abordados no novo texto constitucional temas de direitos reprodutivos, medidas contra a violência de gênero e igualdade no casamento¹⁶⁶. Ademais, após a redemocratização, aumentou de maneira significativa a quantidade de mulheres deputadas federais eleitas na legislatura 1987-1991, compondo 29 cadeiras de 487 - ou seja, 5,95% do total¹⁶⁷.

¹⁶⁴ BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 83/84.

¹⁶⁵ PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e as eleições de 1982**. Encontro Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais: 1983, p. 01/05.

¹⁶⁶ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade**. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 23.

¹⁶⁷ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade**. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 46/47.

Note-se, no entanto, que, até 1991, somente foram eleitas senadoras suplentes no Brasil (excetuada a ocupação de cadeira titular por Eunice Michiles, para substituição em virtude de falecimento, como antes citado)¹⁶⁸ e o total de deputadas eleitas, embora maior, permanecera ínfimo.

Internamente, o período final da ditadura e inicial da redemocratização do país (anos 80 e 90) foi marcado pela emergência de debates quanto à baixa representação política das mulheres. No parlamento brasileiro, foram registrados diversos discursos apontando essa situação. A própria Senadora Eunice Michiles (PFL/AM), por exemplo, expôs, em uma fala de outubro de 1983, como, embora há mais de 50 anos as mulheres tivessem conquistado o direito ao voto e fossem quase metade do eleitorado, permaneciam com uma representatividade numericamente insignificante no parlamento¹⁶⁹.

No âmbito internacional, a realização da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, no ano de 1995, foi essencial para uma ampliação do tema, discutindo-se a necessidade de os países definirem ações para aumentar a participação da mulher na política¹⁷⁰. Com efeito, observa-se que o documento elaborado naquela oportunidade (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher) incluiu em seus objetivos estratégicos a adoção de medidas que garantissem às mulheres uma igualdade de participação nas estruturas de poder e nos processos de decisão, buscando-se, a longo prazo, alcançar uma representação de paridade de ambos os gêneros, “se necessário mediante ação afirmativa em favor das mulheres, em todos os postos governamentais e da administração pública”¹⁷¹.

Em sentido mais genérico, a ideia também constou na Declaração Universal sobre a Democracia, apresentada pelo Conselho da União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union*), em 1997. O texto declara, dentre seus princípios, que o

¹⁶⁸ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016, p. 56.

¹⁶⁹ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 38.

¹⁷⁰ SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 434.

¹⁷¹ VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

alcance da democracia depende de uma verdadeira parceria de igualdade e complementaridade entre homens e mulheres na condução das questões de uma sociedade¹⁷².

No Brasil, um discurso parlamentar de 1993 abordou pela primeira vez o tema de se adotar uma ação afirmativa em favor das mulheres na política: o Deputado Marco Penaforte (PSDB/CE), junto com outros membros do seu partido, defendeu que fosse garantida a presença mínima de 30% de mulheres nas composições dos parlamentos de todos os níveis de poder¹⁷³. Afirmou, na ocasião, que a medida consolidaria “a tendência e a luta dos que aspiram à união entre a ética e a política”, sendo uma proposta tardia mas de “oportuna justiça a mais da metade da população e do eleitorado do Brasil”¹⁷⁴.

A ideia foi inflamada após as trocas internacionais decorrentes do Encontro das Mulheres do Parlamento Latino-Americano, em julho de 1995, e a Deputada Marta Suplicy (PT/SP) discursou, em agosto daquele ano, sobre o assunto que mais teria chamado atenção das parlamentares brasileiras: a cota eleitoral - uma discriminação positiva para um grupo que se encontrava em prejuízo¹⁷⁵. Naquele momento, apresentou um projeto de lei sugerindo a adoção de cotas para o legislativo brasileiro, o Projeto de Lei nº 783/95, assinado por outras 26 deputadas, que propunha uma percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas listas dos partidos para eleições proporcionais, através de uma modificação do artigo 92 do Código Eleitoral¹⁷⁶.

Muitos deputados expressaram temor de que a disposição fosse uma forma de intervenção na autonomia partidária, além de não apoiarem a ideia de diminuição do número de vagas para os homens. Quando da votação do projeto, o deputado Nilson Gibson, em 20 de junho de 1997, argumentou que o artigo 5º, inciso I, da

¹⁷² ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal da Democracia**: UIP: Setembro de 1997. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496332/000954851.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

¹⁷³ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 40.

¹⁷⁴ BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 07 de dezembro de 1993, Seção I, p. 26402.

¹⁷⁵ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 41/42.

¹⁷⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 783/95**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=678D0128503D9D685247E8AEACA390DB.proposicoesWeb2?codteor=1134751&filename=Avulso+-PL+783/1995>. Acesso em: 30 mai 2018.

Constituição Federal estaria sendo violado pela proposição, a qual privilegiaria um sexo em detrimento de outro, e propôs a modificação da proposta para que fosse estabelecido o percentual mínimo de 30% de candidatos “de cada sexo”¹⁷⁷. No entanto, em 24 de novembro daquele ano¹⁷⁸, foi declarada a prejudicialidade do projeto, por advento da Lei das Eleições, que será explorada mais adiante neste trabalho.

Também em 1995, no mês de março, havia sido apresentado o Projeto de Lei nº 180/1995¹⁷⁹, para elaboração de normas referentes às eleições municipais de 3 de outubro de 1996. Neste, houve a apresentação da Emenda nº 06 do Senado, em setembro de 1995, proposta pela Senadora Júnia Marise (PDT/MG). Foi uma proposição que recebeu maior aceitação, pois sugeria que o teto de candidatos apresentados por cada partido passasse de 100% quanto ao número de vagas para 120%, com cota feminina de 20%¹⁸⁰.

Durante a votação em Plenário, Marta Suplicy demonstrou críticas ao projeto, por não ser exatamente o que se buscava, mas ainda expressou o apoio da Bancada Feminina para que fosse aprovado, destacando a existência de mulheres suficientes para preencher a cota e ressaltando ser “preciso ir atrás das lideranças femininas, (...) investir na candidatura de mulheres”¹⁸¹. Entretanto, alguns políticos continuaram a demonstrar receio quanto à insuficiência de candidatas femininas para preencher a cota, como o Deputado Federal Francisco Dornelles (PPR/RJ). Por outro lado, alguns demonstraram que não haveria prejuízo para os partidos, como destacou o Deputado Federal Matheus Schmidt (PDT/RS): “na hipótese de o partido não ter candidatos para colocar na nominata, o que pode acontecer não é invalidez

¹⁷⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 783/95**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=678D0128503D9D685247E8AEACA390DB.proposicoesWeb2?codteor=1134751&filename=Avulso+-PL+783/1995>. Acesso em: 30 mai 2018.

¹⁷⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 783/1995**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182361>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁷⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 180/1995**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=172725>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁸⁰ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 42.

¹⁸¹ BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 28 de setembro de 1995, Seção I, p. 23950.

da indicação do partido e o registro de seus candidatos, mas o partido vai perder 20% das suas indicações”¹⁸².

Ao final, o Projeto de Lei se transformou na Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que foi aprovada com a redação sugerida pela Emenda nº 06¹⁸³ (aceita com 233 votos favoráveis e 165 desfavoráveis)¹⁸⁴. Assim, pela primeira vez, o país adotou o sistema de cotas de gênero em candidaturas políticas.

3.2 O SISTEMA DE COTAS DE GÊNERO EM CANDIDATURAS

Para se entender a aplicação da Lei de Cotas, cumpre, primeiramente, relembrar a organização do Poder Legislativo brasileiro. O Congresso Nacional é composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados (representação parlamentar bicameral). Em nível estatal, existem as Assembleias Legislativas de cada Estado-membro e há a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Por fim, em nível municipal, estão presentes as Câmaras dos Vereadores. Com exceção do Senado (baseado em princípio majoritário, com eleição de três senadores por Estado), o sistema eleitoral parlamentar é proporcional, adotando-se um sistema de lista partidária aberta. A representação de cada Estado na Câmara dos Deputados varia de acordo com o eleitorado, mas há um mínimo de oito e máximo de 70 representantes por Estado-membro¹⁸⁵.

A primeira lei que instituiu cotas de gênero no Brasil tinha abrangência e temporalidade limitadas, pois, como citado, era referente apenas às eleições municipais proporcionais de 1996. No entanto, junto com sua aprovação, houve uma campanha promovida pela Bancada Feminina da Câmara Federal chamada “Mulheres sem Medo do Poder”, lançada em dezembro de 1995, durante a qual se estimulou a filiação de mulheres a partidos, divulgaram-se cartilhas informativas pelo país com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das candidaturas femininas e,

¹⁸² BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 28 de setembro de 1995, Seção I, p. 23951/23952.

¹⁸³ “Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher. (...) § 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.”

BRASIL. **Lei nº 9.100**, de 29 de setembro de 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018.

¹⁸⁴ BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 28 de setembro de 1995, Seção I, p. 2394.

¹⁸⁵ ARAÚJO, Clara. Las cuotas para mujeres en el Sistema Legislativo Brasileño, p. 78-94. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003, p. 78.

em seguida, promoveu-se um curso para aprimoramento de candidatas, denominado “A Participação Igualitária da Mulher nas Instâncias Decisórias nos Municípios Brasileiros”¹⁸⁶ e realizado em 15 Estados da Federação¹⁸⁷. Verificou-se, ainda, um aumento que não pode ser desconsiderado na quantidade de mulheres eleitas vereadoras: em 1992, eram 7,5% do total no país; em 1996, passaram a ser 11,1%¹⁸⁸. É certo, entretanto, que a participação feminina não alcançou resultados suficientemente elevados.

No ano de 1997, adveio a Lei nº 9.504/97¹⁸⁹, com o intuito de regular normas gerais para as eleições, em todas as esferas. Em seu texto, determinou que cada partido poderia registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, em número de “até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher”, devendo reservar “o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”¹⁹⁰ (art. 10, caput e §3º). Determinou-se, nas disposições transitórias (art. 80), que, para as eleições de 1998, cada partido ou coligação deveria “reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo, vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas”. Assim, a cota de 30% começou a ser aplicada somente no ano de 2000¹⁹¹.

Nas eleições de 1998 e 2002, com a aplicação das cotas de gênero, observou-se um aumento, embora reduzido, tanto de mulheres candidatas às Assembleias Legislativas e à Câmara Legislativa do Distrito Federal quanto de mulheres eleitas nestes órgãos. Deve-se notar, no entanto, que o número de candidaturas permaneceu inferior à cota. Em 1994, elas eram 7,2% do total de

¹⁸⁶ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 45/46.

¹⁸⁷ SENADO FEDERAL. **Pronunciamento de Emília Fernandes em 08/08/1996**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/192280>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁸⁸ MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, nº 02, p. 363-385, mai./ago. 2006, p. 367.

¹⁸⁹ BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018.

¹⁹⁰ SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política**: Entre a história, as urnas e o parlamento. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015, p. 168.

¹⁹¹ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 49.

candidatos a estes cargos¹⁹² e foram eleitas compondo 7,6% dos membros¹⁹³. Já em 1998, passaram a ser 12,9% dos candidatos e 10% dos eleitos. Por fim, em 2002, representaram 14,8% dos candidatos e 12,6% dos eleitos¹⁹⁴.

Por outro lado, em relação à Câmara dos Deputados, houve um aumento de candidatas mulheres nas eleições de 1998, mas uma diminuição das eleitas. Em 1994, 6,2% dos candidatos eram mulheres e, em 1998, representavam 10,4% das candidaturas. Não obstante, compuseram 6,2% dos deputados federais eleitos em 1994 e 5,6% destes em 1998. Em 2002, entretanto, aumentou o número de candidatas (11,5% do total), assim como de eleitas (8,2%)¹⁹⁵.

No ano de 2006, houve uma diminuição de mulheres candidatas às Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa, representando 14,2%¹⁹⁶ do total. Da mesma forma, diminuiu o número de mulheres eleitas: passaram a formar 11,6%¹⁹⁷ dos membros. De outra maneira, as candidaturas e eleições femininas na Câmara dos Deputados aumentaram, ainda que minimamente: as mulheres compuseram 12,6% dos candidatos e 8,8% dos eleitos¹⁹⁸.

Nas Câmaras Municipais, por seu turno, o percentual de mulheres eleitas manteve-se estabilizado após o aumento da cota: no ano de 2000, representaram 11,6% dos vereadores; em 2004, 12,6% destes¹⁹⁹; e, em 2008, 12,5% do total²⁰⁰.

Muito do que se vê nesses resultados pode ser explicado a partir de problemas do próprio texto em que se dispôs a aplicação das cotas. Tal como na Lei

¹⁹² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 1994**: Estatística de Candidatos: Brasil. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/estatistica-de-candidatos-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

¹⁹³ IBAM. **Participação feminina na construção da democracia**: Um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002). Rio de Janeiro: 2003, p. 65.

¹⁹⁴ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil**: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, Brasília, jan./jul. 2016, p. 57.

¹⁹⁵ ARAÚJO, Clara. Las cuotas para mujeres en el Sistema Legislativo Brasileño, p. 78-94. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003, p. 84/86.

¹⁹⁶ RODRIGUES, Almira. **Mulheres e Eleições 2006 no Brasil**: O difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas. CFEMEA: out. 2006, p. 03.

¹⁹⁷ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil**: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 57.

¹⁹⁸ RODRIGUES, Almira. **Mulheres e Eleições 2006 no Brasil**: O difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas. CFEMEA: out. 2006, p. 03.

¹⁹⁹ MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, nº 02, p. 363-385, mai./ago. 2006, p. 367.

²⁰⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatística**: Eleições 2008. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/cargo.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

nº 9.100/95, a Lei das Eleições permitia que fossem apresentados mais candidatos do que vagas disputadas, significando que nenhum homem precisaria ser preterido para que fossem incluídas candidatas mulheres. Ainda, observa-se que o artigo 10, §3º, da Lei das Eleições, expressava que cada partido ou coligação deveria *reservar* 30% de suas candidaturas a um dos sexos. Assim, os partidos consideravam que bastava poupar dito percentual, sem necessidade de efetivamente preenchê-lo. Caso não fosse atingida a cota feminina de candidaturas, seria possível apresentar menos que o total de candidatos permitido em lei. Ou seja, estaria atingida a exigência legal se o número de candidatos exclusivamente homens fosse equivalente a 120% das vagas a serem preenchidas. Ademais, não havia nenhuma disposição no texto da lei quanto à distribuição de tempo no horário eleitoral gratuito entre homens e mulheres ou dos recursos partidários²⁰¹.

Finalmente, em 2009 (12 anos após a promulgação da Lei das Eleições), ocorreu a chamada minirreforma eleitoral, com a Lei nº 12.034/09. Tal norma modificou o citado art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/97, dispondo que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. A mudança de “deverá reservar” para “preencherá” dificultou o entendimento de que as vagas femininas deveriam ser apenas poupadas, tornando obrigatório que os partidos efetivamente ocupassem o percentual estabelecido²⁰². Com efeito, a modificação eleitoral foi reforçada pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, ao determinar que o cálculo desses percentuais deveria considerar o número de candidatos efetivamente lançados pelo partido ou coligação²⁰³.

Também em virtude da minirreforma, no ano de 2009, passou-se a estabelecer uma cota de tempo de propaganda e de uso do Fundo Partidário em

²⁰¹ SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 439/440.

²⁰² SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política**: Entre a história, as urnas e o parlamento. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015, p. 169.

²⁰³ SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 440.

favor da participação política feminina²⁰⁴. Naquela oportunidade, foi inserido o inciso V no artigo 44 da Lei nº 9.096/95, estabelecendo que os recursos do Fundo Partidário deveriam ser aplicados na “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total”. Além disso, inseriu-se o inciso IV ao artigo 45 da mesma lei, dispondo que a propaganda política gratuita no rádio e na televisão seria utilizada para “promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento) do programa”.

No ano de 2015, houve outra importante reforma eleitoral, a partir da Lei nº 13.165/2015, em que se estabeleceu que, nas três eleições subsequentes, os partidos deveriam reservar no mínimo 5% e no máximo 15% “do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas, incluídos nesse valor os recursos a que se refere o inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995”²⁰⁵. Tal disposição, no entanto, foi objeto da ADIN nº 5617, mais adiante explorada neste trabalho.

A partir das citadas transformações legais, foi possível verificar um crescimento significativo do percentual de candidaturas femininas. No entanto, este permaneceu inferior às cotas. Em termos de mulheres eleitas, a mudança foi mínima.

Nas eleições de 2010, as mulheres representaram 19,4% dos candidatos a deputado federal e 8,8% do total de eleitos²⁰⁶. Em 2014, formaram 31,8% das candidaturas, superando a cota prevista²⁰⁷. No entanto, compuseram apenas 9,9% do total de membros²⁰⁸.

²⁰⁴ BRASIL. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9096.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

²⁰⁵ BRASIL. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁰⁶ ARAÚJO, Clara. **Cotas femininas e financiamento de campanha**. Cadernos Adenauer XV, nº 03, p. 11-30, 2013, p. 15.

²⁰⁷ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil**: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 57.

²⁰⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2014**: Estatísticas de resultados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Em relação às Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa, foram, em 2010, 21,1% dos candidatos e 12,9% dos eleitos. No ano de 2014, por sua vez, foram 31,4% dos candidatos (também superando a cota legal), mas representaram somente 11,4% dos eleitos, demonstrando uma estabilização²⁰⁹.

Quanto às Câmaras Municipais, observa-se que, nas eleições de 2012, as mulheres representaram 31,8% das candidaturas - mais do que preenchendo, portanto, a cota legal. Não obstante, formaram apenas 13,3% dos vereadores eleitos²¹⁰. Em 2016, compuseram 31,9% dos candidatos a vereador²¹¹ e 13,5% dos eleitos²¹². Também se observa, assim, uma estabilização nos resultados.

Diante desses dados, deve-se notar que um dos problemas para que a cota em candidaturas seja efetivamente cumprida, em todos os âmbitos, é a ausência de sanção legalmente expressa (multa ou outras penalidades) em caso de descumprimento do preenchimento do percentual legal de 30%²¹³.

Outro ponto é a realidade de menor financiamento de campanhas femininas, tanto por parte do partido quanto de pessoas externas. Nas eleições de 2014 para a Câmara de Deputados, por exemplo, candidatas arrecadaram em média 70% a menos do que candidatos²¹⁴. Nesse sentido, quando era permitida a doação de pessoas jurídicas (as quais normalmente enviavam maiores recursos dado os seus portes), observava-se que esta era majoritariamente destinada a candidatos homens, o que também influenciava na menor receita das mulheres candidatas²¹⁵.

²⁰⁹ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação**. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 56.

²¹⁰ ARAÚJO, Clara. **Cotas femininas e financiamento de campanha**. Cadernos Adenauer XV, nº 03, p. 11-30, 2013, p. 15.

²¹¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016: Candidaturas**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

²¹² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016: Resultados**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

²¹³ SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política: Entre a história, as urnas e o parlamento**. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015, p. 169.

²¹⁴ BELAS, Júlia et al. **Abismo na arrecadação para campanhas femininas sustenta desigualdade de gênero na política**: Candidatas receberam 70% menos repasses e doações do que homens na eleição para a Câmara em 2014. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/abismo-na-arrecadacao-para-campanhas-femininas-sustenta-desigualdade-de-genero-na-politica>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

²¹⁵ ARAÚJO, Clara. **Cotas femininas e financiamento de campanha**. Cadernos Adenauer XV, nº 03, p. 11-30, 2013, p. 24.

Não obstante o Supremo Tribunal Federal tenha julgado inconstitucionais os dispositivos que permitiam contribuições de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, no ano de 2015²¹⁶, é de se notar que a realidade de haver uma menor quantidade de recursos sendo destinados para campanhas femininas subsiste. Tanto é assim que, nas eleições de 2016 para vereador e vereadora, as mulheres seguiram recebendo menos verbas que homens (os quais arrecadaram 30% a mais que estas)²¹⁷.

Tal situação pode ser ainda mais prejudicada diante da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 33 de 2017, que alterou o §3º do artigo 17 da Constituição Federal, passando a prever um desempenho eleitoral mínimo para os partidos terem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão²¹⁸.

Há que se ressaltar, também, que muitas mulheres são apresentadas como candidatas sem saber ou sem consentir, ocorrendo o fenômeno da “mulher laranja” - aquela que é utilizada pelos partidos somente para preencher formalmente a cota, mas não participa do processo de candidatura de fato (não recebe recursos, não faz campanha e às vezes sequer vota em si própria). Mais além, há o fato de que não se prevê nem se possibilita, no sistema eleitoral brasileiro e em seu ordenamento jurídico, um mecanismo que garanta às mulheres a sua eleição²¹⁹.

A ineficácia das cotas em candidaturas políticas no Brasil mostra-se ainda mais evidente ao se observar os resultados do país em comparação a outras nações. Em 1975, as mulheres eram 0,3% do total de membros do Congresso Nacional, passando a compor 1,7% em 1985 e 6,3% em 1995 (ano em que ocorreu a IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim). Em 2005 (quando já era aplicada a cota), representaram 8,2% dos eleitos e, em 2015, 9,9% do total. Ou seja, os vinte

²¹⁶ Tal decisão se deu na apreciação pelo Supremo Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4650, julgada em setembro de 2015. Vide: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 4650**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4650&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

²¹⁷ MONTEIRO, André; LINHARES, Carolina; PINTO, Ana Estela de Sousa. **Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

²¹⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jul. 2018.

²¹⁹ SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 442/443.

anos anteriores à Conferência em Pequim foram de maior crescimento da participação feminina na política que os vinte anos posteriores. Em contrapartida, globalmente, os ganhos dos vinte anos posteriores à dita Conferência superaram os cinquenta anos anteriores - as mulheres eram 3% dos membros dos Parlamentos em nível mundial no ano de 1945 e 11,6% destes em 1995, saltando para 22,2% em 2015²²⁰.

Na primeira classificação sobre o número de mulheres em cada Parlamento nacional efetuada pelo Conselho da União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union*), em 01/01/1997, o Brasil ocupava o 71º lugar, juntamente com a Argélia, dos 107 países analisados²²¹. Na última classificação, entretanto, datada de 01/06/2018, o Brasil ocupa a 152ª posição, de 188 países listados²²². Comparativamente, o número de mulheres em seu Parlamento cresceu. No entanto, não acompanhou o aumento mundial ou mesmo regional, sequer atingindo a média global de 23,8% de representação feminina no Parlamento ou a média regional americana de 29%²²³.

Caso o país continue com este crescimento médio da participação da mulher no Parlamento (de 2,7% ao ano entre 1997 e 2017), deverá atingir a igualdade de membros somente no ano de 2080²²⁴. Há risco de que o tempo seja ainda maior, pois, de acordo com o relatório de 2017 do *World Economic Forum*²²⁵, houve um aumento da discrepância de gênero no que se refere a empoderamento político no Brasil, tendo o país caído 11 posições em apenas um ano.

É de se notar, ainda, que nenhuma mulher autodeclarada indígena foi eleita para a Câmara dos Deputados para a legislatura 2015-2018. Estas representam o grupo populacional mais excluído da política e de espaços de poder²²⁶. Quanto às

²²⁰ ALVES, José Eustáquio Diniz et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil, p. 15-54. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 48/49.

²²¹ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1 January 1997. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010197.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

²²² INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1st June 2018. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010618.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

²²³ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1st June 2018. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010618.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

²²⁴ MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de presença feminina no Parlamento 2017**. Disponível em: <<http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

²²⁵ WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**. Genebra: 2017, p. 21.

²²⁶ ALVES, José Eustáquio Diniz et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil, p. 15-54. In: BLAY, Eva Alterman;

mulheres negras, são apenas três dentre os 513 deputados federais eleitos: Tia Eron (PRB/BA), Rosângela Gomes (PRB/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ) - ou seja, 0,58% do total de membros²²⁷.

Por outro viés, embora muitos apontem que a participação formal do grupo feminino na política não significa uma maior defesa dos interesses das mulheres no Parlamento, observa-se que as deputadas têm maior probabilidade significativa de apresentarem projetos a favor de interesses femininos do que os deputados, valendo notar que a ideologia partidária não interfere significativamente nesta questão, ao contrário do que se presume²²⁸. Além disso, tem-se outras esferas de representação que são preenchidas com um aumento no número de mulheres eleitas²²⁹.

De se observar, também, a existência de muitos estudos demonstrando que a exclusão da mulher na política não ocorre por uma discriminação por parte do eleitorado, que inclusive tem uma visão positiva da participação feminina na política²³⁰. Com efeito, segundo pesquisa realizada entre agosto e setembro de 2014, pelo DataSenado²³¹, 83% dos eleitores não se importam com o sexo do candidato ao escolherem em quem votar, sendo que 79% já votaram em uma mulher para ocupar cargo político e 71% concordam com a proposta de paridade entre os sexos nas listas de candidatos dos partidos.

Em consequência, o entrave para uma maior participação feminina na política brasileira parece recair muito sobre o sistema legal e estrutural-partidário das eleições no país, motivo pelo qual há diversas proposições de mudança desse sistema apresentadas pelos próprios políticos eleitos, bem como por estudiosos da questão.

AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 51.

²²⁷ AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Mulheres negras têm só 0,39% das vagas na Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/mulheres-negras-tem-so-039-das-vagas-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

²²⁸ ROCHA, Carolina Martinelli. **A Bancada Feminina representa os interesses das mulheres?** Uma análise da atividade legislativa em prol das mulheres na Câmara dos Deputados (1995-2014). Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política - Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 25.

²²⁹ Conforme será melhor explorado no capítulo seguinte do presente trabalho.

²³⁰ ALVES, José Eustáquio Diniz et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil, p. 15-54. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Ed. USP, 2017, p. 49.

²³¹ PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL. **Mulheres na política: Pesquisa realizada pelo DataSenado: 2014**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

3.3 AS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO E NA ACADEMIA

Logo após a aprovação das cotas de gênero em candidaturas, surgiram diversas propostas de outras ações afirmativas nesse sentido. Entre essas, destaca-se a apresentação do Projeto de Lei nº 2355, no ano de 2000, pela Deputada Rita Camata (PMDB/ES), prevendo uma nova redação ao artigo 10, §3º, da Lei nº 9.504/97, para que, a partir das eleições de 2002, todo partido reservasse 50% de candidaturas ao Poder Legislativo (exceto Senado) para cada sexo, sob pena de multa²³². Tal projeto teve a votação prejudicada pela rejeição, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 8.039/86, em 30 de maio de 2007²³³.

Tratava-se de uma proposição de paridade em candidaturas, um mecanismo que é adotado em outros países latino-americanos, como Equador e Costa Rica (além da própria Bolívia), e muito considerado no meio acadêmico²³⁴. A ideia de paridade destacou-se no continente especialmente após a X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que ocorreu no Equador em 2007. Naquela oportunidade, diversas nações (inclusive o Brasil) assinaram o Consenso de Quito, em que foi postulada a paridade de gênero nos processos decisórios como estratégia para promoção da democracia e erradicação da exclusão estrutural de mulheres; o que foi ratificado na Conferência seguinte, em Brasília, no ano de 2010²³⁵.

A sugestão de paridade em listas de candidatos já foi novamente inserida no Congresso por meio do Projeto de Lei nº 4497, de 2012, apresentado pelo Deputado Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Esta proposição, desde outubro de 2012, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo recebido parecer favorável em 29/06/2017²³⁶.

²³² MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 50.

²³³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2355/2000**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18004>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²³⁴ O conceito paritário será explorado com mais profundidade no terceiro capítulo do presente trabalho.

²³⁵ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil**: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 02, nº 01, Brasília, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 62.

²³⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4497/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556576>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

De igual forma, tem-se o Projeto de Lei nº 389, de 2014, apresentado pela Senadora Angela Portela (PT/RR), que, além de propor a paridade, também sugere que seja reservado tempo de propaganda eleitoral às mulheres candidatas e um aumento no percentual do Fundo Partidário e de tempo de propaganda destinado a programas de promoção da participação política feminina²³⁷. Tal projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desde dezembro de 2014, e, no dia 28/03/2018, foi publicado voto da relatora da Comissão pela sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, por sua aprovação, com algumas emendas²³⁸.

Tema que tem suscitado amplo debate no Congresso é a reserva de assentos para mulheres no Parlamento. Em 2015, a Deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA), com o apoio da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, apresentou a Emenda Aglutinativa nº 57 à PEC nº 182/2007, prevendo o acréscimo de um artigo 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, para estabelecer que, nas três legislaturas seguintes da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, deveria ser assegurada a eleição mínima de membros de cada sexo nos percentuais de 10%, 12% e 15%, progressivamente. Tais vagas seriam preenchidas pelo sistema proporcional e, se a cota não fosse atingida, seria aplicado o princípio majoritário para vagas remanescentes²³⁹.

Cabe destacar que a proposta inicial era uma reserva de 30% dos assentos, a ser aumentada de forma progressiva para 50%, mas houve alteração no texto final que chegou ao plenário, visando-se a maior possibilidade de aceitação²⁴⁰.

Os discursos contrários na votação tiveram como principal argumento que o projeto feria o princípio de igualdade entre sexos, favorecendo as mulheres sem basear-se no trabalho e mérito próprios. É de se notar, ainda, que alguns dos homens que apoiaram a proposição o fizeram defendendo que a presença feminina

²³⁷ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil**: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 68.

²³⁸ SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 389**, de 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119388>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²³⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **EMA 57/2015**: PEC 182/2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307471>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁴⁰ MARQUES, Ananda Winter. Projeto de reserva de assentos para mulheres na Câmara: Discussão, tramitação e rejeição. In: **Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**: Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017, p. 08.

embelezaria a Câmara e traria maior sensibilidade ao Poder Legislativo. Entretanto, muitas mulheres se manifestaram lembrando as desigualdades históricas que prejudicavam seu caminho na carreira política, bem como a importância de se compreender a reserva de assentos como medida compensatória de promoção de igualdade²⁴¹.

A proposta foi rejeitada em 16 de junho de 2015: apenas 293 votos foram favoráveis ao texto, sendo que o mínimo necessário eram 308²⁴². Cumpre notar que, uma vez que as mulheres representam 9,9% da Câmara dos Deputados, caso o projeto fosse aprovado, isso significaria um aumento de 0,1% em sua participação - o que, conforme a perspectiva das deputadas, demonstrou que o posicionamento contrário dos deputados deveu-se a uma possível rejeição à perda de espaço e poder político²⁴³, ainda que mínima.

Não obstante, na data de 8 de setembro de 2015, foi aprovado no Senado, em dois turnos, um projeto bastante similar: a Proposta de Emenda Constitucional nº 98 (PEC da Mulher). O texto foi apresentado pela Comissão da Reforma Política do Senado Federal, tendo sido remetido com sua redação final à Câmara dos Deputados, em 15 de setembro do mesmo ano (onde ainda se encontra, numerada como PEC nº 134/2015²⁴⁴). Em 09/11/2016, foi aprovado por unanimidade parecer de Comissão Especial favorável à sua aprovação, com emendas²⁴⁵.

A PEC da Mulher, como a referida Emenda Aglutinativa nº 57, também dispõe que seja assegurado a cada gênero (masculino e feminino) percentual mínimo de representação na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, no período de três legislaturas

²⁴¹ MARQUES, Ananda Winter. Projeto de reserva de assentos para mulheres na Câmara: Discussão, tramitação e rejeição. In: **Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**: Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017, p. 09/10.

²⁴² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara rejeita criação de cota para mulheres no Legislativo**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/490383-CAMARA-REJEITA-CRIACAO-DE-COTA-PARA-MULHERES-NO-LEGISLATIVO.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

²⁴³ MARQUES, Ananda Winter. Projeto de reserva de assentos para mulheres na Câmara: Discussão, tramitação e rejeição. In: **Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**: Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017, p. 13.

²⁴⁴ SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 98**, de 2015: PEC DA MULHER. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122308>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁴⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 134/2015**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724716&ord=1>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

consecutivas, na proporção de 10%, 12% e, aí residindo a diferença, 16% - progressivamente. Ademais, determina que, caso o percentual mínimo não seja atingido, ocorra, internamente em cada partido que obteve quociente eleitoral, a substituição do último candidato eleito do gênero majoritário pelo candidato mais votado do gênero com menos representação²⁴⁶. Segundo a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), a porcentagem almejada não representa o ideal, mas é o que se aventa como mais factível em um parlamento majoritariamente masculino²⁴⁷

Nota-se que, em ambas as propostas, não foi incluída a reserva de assentos no Senado Federal, cuja eleição se dá por voto majoritário. Este órgão, desde as eleições de 2014, tem em sua composição um percentual de mulheres equivalente a 14,8% do total²⁴⁸.

A PEC nº 205/2007, proposta pelo Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), por outro lado, propõe um terço das cadeiras do Senado para mulheres, além de, progressivamente, 20%, 25% e 33% das vagas dos demais órgãos legislativos²⁴⁹. Há, também, a PEC nº 371/2013, apresentada pela Deputada Iriny Lopes (PT/ES), que sugere a presença feminina em um terço do total de senadores e em um terço do total de deputados federais, sem regra de transição²⁵⁰. Ambas foram apensadas à referida PEC 134, de 2015²⁵¹.

Por fim, ainda existe a PEC nº 23/2015, de autoria de diversas senadoras e senadores, que sugere a paridade de cadeiras na Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativa e Câmaras Municipais, a partir de uma reserva de 35% nas próximas eleições, aumentando em 5% a cada nova disputa eleitoral. A

²⁴⁶ SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política**: Entre a história, as urnas e o parlamento. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015, p. 171.

²⁴⁷ FÁBIO, André Cabette. **Por que há tantas candidaturas-fantasma de mulheres**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/11/Por-que-há-tantas-candidaturas-fantasma-de-mulheres>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁴⁸ SENADO FEDERAL. **Mapa Mulheres na Política em 2016**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mapa-mulheres-na-politica-2016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁴⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 205/2007**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=380754>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁵⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 371/2013**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=604356>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁵¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 134/2015**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724716&ord=1>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

proposta está pronta para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde o dia 15/12/2015, com voto favorável da relatora Senadora Simone Tebet²⁵².

No meio acadêmico, a reserva de assentos também é discutida, através das chamadas cotas de representação. Nesse sentido, Eneida Desiree Salgado e Renata Caleffi defenderam, em 2015, que, após determinação do número de cadeiras a serem ocupadas pelo partido ou coligação nas eleições proporcionais, 40% das vagas fossem asseguradas às mulheres. Seriam excluídos das cotas partidos com menos de três vagas conquistadas e os demais teriam duas listas, uma para cada gênero, com classificação pela votação nominal (mantendo-se, portanto, o sistema de lista aberta e respeitando-se a vontade do eleitorado)²⁵³. No ano de 2016, Salgado novamente defendeu este modelo, propondo, no entanto, que fosse aplicada a paridade de fato, reservando-se 50% dos assentos às mulheres na Câmara de Deputados, na Câmara Legislativa, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, de forma temporária, por três legislaturas, em nível municipal, estadual e federal²⁵⁴.

Outra proposta frequentemente suscitada em pesquisas acadêmicas e nas propostas de reforma política é a adoção de um sistema de lista fechada no Brasil²⁵⁵. Em termos de aumento da participação feminina, há quem aponte que tal sistema seria mais favorável, especialmente quando atrelado à exigência de alternância de gênero, como é feito na Argentina²⁵⁶ (e também na própria Bolívia). Defende-se que sistemas eleitorais de lista aberta conferem um caráter individualizado à disputa eleitoral, levando a uma competição de candidatos de um partido entre si, o que, somado ao alto custo de uma campanha política, dificultaria as candidaturas femininas²⁵⁷.

²⁵² SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 23**, de 2015. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120076>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁵³ SALGADO, Eneida Desiree; CALEFFI, Renata. **Cotas e representação feminina**: Uma proposta. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/cotas-e-representacao-feminina-uma-proposta-7owu1jm5fln28u5jeiv8gfjy4>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁵⁴ SALGADO, Eneida Desiree. **O acesso das mulheres à representação política**: Menos flores, mais direitos. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/e-leitor/e-leitor-o-acesso-das-mulheres-a-representacao-politica-18032016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁵⁵ A lista fechada será estudada com maior profundidade no terceiro capítulo do presente trabalho.

²⁵⁶ SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 446.

²⁵⁷ SOUZA, Cristiane Aquino de. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil, p. 367-384. In: IV Congresso Nacional do CONPEDI, 2014, Florianópolis. **Direitos Fundamentais e Democracia**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 379.

Por fim, deve-se destacar diversas outras proposições de ações afirmativas de gênero na política. Nessa linha, já foram apresentadas no Congresso Propostas de Emenda Constitucional e Projetos de Lei de cotas de gênero no Poder Judiciário, no Poder Executivo e na composição dos partidos políticos, entre os anos de 1997 e 2000²⁵⁸. Há, ainda, os Projetos de Lei nº 232/2013 e 343/2013, que preveem a divisão igualitária do horário eleitoral gratuito; projetos que objetivam a distribuição das garantias constitucionais conforme a representação feminina do partido, como é o caso do Projeto de Lei nº 2.482/2015; e os Projetos de Lei nº 112/2015 e 413/2015, no Senado, que procuram aumentar a porcentagem do Fundo Partidário para campanhas de candidatas mulheres²⁵⁹.

Na linha destas últimas proposições, cumpre ressaltar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5617, proposta pelo Ministério Público Federal, em que se requereu a interpretação do art. 9º da Lei nº 13.165 de 2015²⁶⁰ de forma que o percentual mínimo de recursos do Fundo Partidário destinados a candidatas femininas fosse equivalente ao patamar mínimo de candidaturas de mulheres - ou seja, de 30%²⁶¹- e que não deveria haver limite máximo, sob pena de se produzir ainda mais desigualdade na campanha eleitoral²⁶². Tal ação foi julgada procedente, em 15/03/2018²⁶³.

Embora a declaração de inconstitucionalidade deva produzir efeitos imediatos, é de se notar que existe um temor entre especialistas de que, não sendo regulamentada sua fiscalização no Tribunal Superior Eleitoral, a aplicação do percentual corra o risco de ser descumprida, especialmente por fraudes e

²⁵⁸ MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000, p. 53.

²⁵⁹ SALGADO, Eneida Desiree. **O acesso das mulheres à representação política**: Menos flores, mais direitos. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/e-leitor/e-leitor-o-acesso-das-mulheres-a-representacao-politica-18032016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁶⁰ Que, como antes citado, define a reserva do mínimo de 5% (cinco por cento) e do máximo de 15% (quinze por cento) do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para ser aplicado nas campanhas de candidatas mulheres. Vide: BRASIL. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁶¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **ADI 5617**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/adi-5617.pdf/view>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁶² SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Limite para repasse do Fundo Partidário a candidatas é objeto de ADI**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=328463>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

²⁶³ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI Nº 5617**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5617&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

irregularidades²⁶⁴. Há ainda dúvidas quanto à extensão da medida. Dentro desse tópico, um grupo de parlamentares elaborou uma consulta ao TSE, questionando se o patamar de 30% também deveria ser aplicado para a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral) e do tempo na propaganda eleitoral gratuita, restando pendente, ainda, a resposta do órgão, embora haja parecer técnico recomendando que não resolva a questão, por não ser a via processual adequada para solucioná-la²⁶⁵.

²⁶⁴ FERNANDES, Marcella; MARTINELLI. Andréa. **Cota de dinheiro para campanhas femininas corre risco de não ser cumprida**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/11/cota-de-dinheiro-para-campanhas-femininas-corre-risco-de-nao-ser-cumprida_a_23404856/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

²⁶⁵ MOURA, Rafael Moraes; PUPO, Amanda. **TSE não deve decidir sobre cota feminina no fundo eleitoral, diz parecer**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/05/21/tse-nao-deve-decidir-sobre-cota-feminina-no-fundo-eleitoral.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

4. POSSÍVEIS LIÇÕES

4.1 A PARIDADE E A REPRESENTATIVIDADE

Após uma análise aprofundada da situação relativa à participação política feminina na Bolívia e no Brasil, cumpre estudar os principais tópicos de contraste verificados ao se confrontar a realidade de cada país. Um primeiro ponto de destaque é a adoção da paridade na lista de candidatos e candidatas bolivianos, em contraposição à opção brasileira pela cota de gênero de 30% em candidaturas.

O termo “democracia paritária” foi utilizado de forma ampla pela primeira vez em 1989, quando o Conselho Europeu se reuniu em Estrasburgo. A ideia ganhou força com a Declaração de Atenas de 1992, resultante da primeira cúpula europeia Mulheres no Poder²⁶⁶, em que se proclamou que “a democracia requer paridade na representação e administração da nações”, pois as mulheres representam mais da metade da população global e de suas qualificações, sendo que a sua sub-representação ocasionaria uma grande perda social²⁶⁷.

Ademais, conforme já antes citado, a paridade foi estabelecida como meta a ser alcançada na Conferência de Pequim de 1995. Na América Latina, foi reconhecida como um instrumento a propulsionar a democracia e como um objetivo a ser atingido para se acabar com a exclusão estrutural feminina, tanto no Consenso de Quito, em 2007, na X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe²⁶⁸, como na Conferência seguinte, em Brasília, no ano de 2010²⁶⁹.

O aumento do número de mulheres na política através de ações afirmativas, tais como a paridade, é um objetivo defendido sob argumentos como os de simbolismo e de justiça. Com efeito, sustenta-se que ter uma maior representatividade feminina contribuiria simbolicamente para que as mulheres deixassem de ver as esferas políticas e públicas como distantes e inacessíveis,

²⁶⁶ LAVALLE TORRES, Cecilia. **Paridad es la meta**: Mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010. México: Instituto Nacional de las Mujeres - Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010, p. 43.

²⁶⁷ CIMEIRA EUROPEIA “MULHERES E PODER”. **Declaração de Atenas sobre Mulheres e Poder de Decisão**. Atenas, 1992. Disponível em <<http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2006004927>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

²⁶⁸ PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres**. Gênero na Amazônia, Belém, nº 04, p. 15-35, jul./dez. 2013, p. 28.

²⁶⁹ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 20.

trazendo um incentivo para uma maior participação destas no campo e afastando a ideia de que haveria uma incompetência política por sua parte²⁷⁰.

No âmbito da justiça, destaca-se a importância de se aplicar medidas compensatórias em favor das mulheres na política com fundamento na igualdade substantiva: seria necessário procurar nivelar o campo de disputa entre homens e mulheres, em virtude das desigualdades sociais e econômicas que atingem a população feminina e da discriminação por ela sofrida, ainda que ambos os gêneros tenham os mesmos direitos políticos formais²⁷¹. Nesse mesmo sentido, a noção de que se deve visar a ocupação de metade dos espaços decisórios por mulheres tem como fundo a ideia de justiça através da igualdade de acesso a oportunidades e de resultados²⁷².

Não se baseia, portanto, em tratar as mulheres como não capacitadas ou necessitadas de algum tipo de ajuda, mas reconhecer a sua posição social desvantajosa²⁷³. Tal constatação, pautada na igualdade substantiva, refuta posicionamentos de que a paridade vai contra o princípio da cidadania abstrata e premia mulheres por serem mulheres e não por sua competência²⁷⁴.

Um ponto de consenso cada vez maior é que o espaço de tomada de decisão está faticamente composto em sua maioria por privilegiados, inclusive na perspectiva de gênero. Assim, ainda que exista controvérsia sobre o incentivo à representação por grupos, é notável o maior senso de representatividade que surge ao se incluir membros de diferentes campos sociais na política, bem como a maior efetividade em se abranger perspectivas diversas no processo político, potencializando a

²⁷⁰ SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: Perspectivas e contendas feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, nº 02, p. 399-431, mai./ago. 2012, p. 416.

²⁷¹ SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: Perspectivas e contendas feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, nº 02, p. 399-431, mai./ago. 2012, p. 417.

²⁷² LVALLE TORRES, Cecilia. **Paridad es la meta: Mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010**. México: Instituto Nacional de las Mujeres - Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010, p. 37.

²⁷³ SAGOT, Montserrat. É importante a participação política da mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica, p. 49-61. In: COSTA, Ana Alice (Org.). **Trilhas do Poder das Mulheres: Experiências Internacionais em Ações Afirmativas**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2009, p. 51.

²⁷⁴ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 26.

construção de medidas que atendam às necessidades e aos interesses destas coletividades²⁷⁵.

Nessa linha, as mulheres são um coletivo que se identifica a partir da experiência comum de discriminação de gênero e, embora apresentem interesses diversos e vivam experiências pessoais distintas, tendem a trazer tal realidade discriminatória e as demandas que a envolvem ao adentrarem campos de decisão adotando uma identidade política feminina²⁷⁶.

Além disso, entende-se que não há modo de defender a legitimidade de um sistema democrático quando mais da metade da população não está representada - ou seja, não há modo de se justificar o monopólio do poder masculino adotando-se o princípio de uma democracia inclusiva²⁷⁷.

Existe também uma significativa contradição ao se ver que as mulheres passaram a ocupar a vida social de modo mais intenso e, no entanto, permanecem ausentes dos espaços em que se votam leis e se tomam decisões que lhes afetam como parte da sociedade. Por isso, defende-se que a busca por uma democracia paritária é, em verdade, um prolongamento da luta pelo voto feminino do movimento das sufragistas²⁷⁸.

A paridade em candidaturas se diferencia da adoção de cotas em percentuais mínimos especialmente por significar uma chance realmente igualitária de ascensão a cargos públicos. É de se notar que cotas de 20% ou 30% sequer chegam a oferecer uma igualdade de oportunidades para as mulheres candidatas. Por outro lado, a paridade pode não só igualar estas oportunidades, como também, dependendo do modelo adotado, se traduzir em uma igualdade de resultados²⁷⁹.

²⁷⁵ SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: Perspectivas e contendas feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, nº 02, p. 399-431, mai./ago. 2012, p. 428.

²⁷⁶ COBO, Rosa. **Democracia paritaria y sujeto político feminista**. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, España, v. 36, p. 29-44, 2002, p. 40.

²⁷⁷ LAVALLE TORRES, Cecilia. **Paridad es la meta: Mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010**. México: Instituto Nacional de las Mujeres - Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010, p. 43.

²⁷⁸ COBO, Rosa. **Democracia paritaria y sujeto político feminista**. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, España, v. 36, p. 29-44, 2002, p. 31.

²⁷⁹ QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação**. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Brasília, v. 02, nº 01, p. 52-74, jan./jul. 2016, p. 68.

Destaca-se, ainda, por reformular o conceito de poder político como um espaço a ser compartilhado igualitariamente entre homens e mulheres²⁸⁰.

Com efeito, observa-se que a aplicação da paridade em candidaturas políticas fez crescer muito o número de mulheres ocupantes de espaços de decisão em diferentes países, cada qual com suas peculiaridades²⁸¹. Nota-se, em geral, uma maior aproximação à efetiva igualdade de representação nessas nações.

A França foi o primeiro Estado a promulgar uma lei eleitoral paritária, no ano de 2000²⁸². À vista disso, enquanto em 1997 as mulheres representavam apenas 10,9% da sua Câmara de Deputados, no ano de 2017, já eram 39% dos membros²⁸³. A Espanha, por sua vez, introduziu a participação equilibrada de homens e mulheres nas listas de candidaturas em 2007²⁸⁴, a partir de orientação estabelecida pela Lei Orgânica nº 3/2007²⁸⁵. Como consequência, houve um aumento significativo de participação feminina em seu Senado: em 2004, as mulheres eram 23,2% dos membros e, em 2016, tornaram-se 38% dos senadores²⁸⁶.

Na América Latina, além da Bolívia optar pela paridade²⁸⁷, o Equador e a Costa Rica²⁸⁸ (ambos países unicamerais) foram algumas das nações que também a adotaram. No Equador, a medida foi aplicada em 2008. No ano de 2006, 25% de sua Assembleia Nacional era composta por mulheres; em 2017, transformaram-se em

²⁸⁰ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 23.

²⁸¹ Tais peculiaridades não serão detalhadas neste estudo, por incompatibilidade com seu objetivo.

²⁸² LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 26/27.

²⁸³ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Statistical Archive. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

²⁸⁴ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 30.

²⁸⁵ Tal Lei acrescenta, através de sua disposição adicional segunda, um artigo 44 à Lei Orgânica nº 5/1985, do Regime Eleitoral Geral, prevendo a composição equilibrada. Vide: ESPANHA. **Ley Orgánica 3/2007**, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/pdf/2007/BOE-A-2007-6115-consolidado.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

²⁸⁶ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Statistical Archive. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

²⁸⁷ Cujo processo e resultados encontram-se explanados no primeiro capítulo do presente trabalho.

²⁸⁸ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica**. Lima, 2013, p. 32.

38% dos assembleistas²⁸⁹. Na Costa Rica, por seu turno, a ação afirmativa foi aprovada em 2009. Em 2006, 36,8% do Parlamento já era feminino; mas, em 2018, as mulheres chegaram a representar 45,6% da Assembleia Legislativa²⁹⁰.

A pura aplicação da paridade de gênero nas listas de candidaturas, no entanto, não resulta de maneira certa a concretização da partilha de poder entre homens e mulheres. De fato, em vários dos países que aprovaram leis eleitorais paritárias brechas legais foram utilizadas para se garantir a manutenção do predomínio político masculino²⁹¹.

Na França, existem partidos, como a *Union pour un mouvement populaire* (União por um Movimento Popular - UMP), que preferem pagar a sanção financeira por descumprimento da lei paritária a preterir candidatos homens em favor de mulheres - nesse sentido, o próprio secretário geral da UMP justificou o não cumprimento da norma pela dificuldade de sacrificar certas candidaturas masculinas²⁹². Na Espanha, os partidos menos favoráveis à paridade aproveitam-se da liberdade que possuem de escolher a posição de suas candidatas na lista (do tipo fechada) de forma a situá-las nos últimos postos, diminuindo a chance de que sejam eleitas²⁹³. No Equador, existe um encabeçamento de lista prioritariamente masculino, que também pode explicar a não completa paridade em resultados²⁹⁴.

Em virtude de todo o exposto, vê-se que o caminho paritário se mostra uma opção efetiva, justa e simbólica em prol da maior participação política feminina a ser considerada no sistema brasileiro, acima do uso de cotas mínimas de gênero. Não obstante, de extrema importância que seja aliado a outros mecanismos, de forma a impedir sua má aplicação pelos partidos.

²⁸⁹ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Statistical Archive. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

²⁹⁰ INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Statistical Archive. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

²⁹¹ PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres**. Gênero na Amazônia, Belém, nº 04, p. 15-35, jul./dez. 2013, p. 17/18.

²⁹² LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 27.

²⁹³ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 31.

²⁹⁴ GOYES QUELAL, Solanda. De las cuotas a la paridad: El caso del Ecuador, p. 47-120. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 99.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de criação de meios de apoio à participação político-partidária das mulheres para que se assegure efetivamente a paridade nos resultados, o que inclui o acesso igualitário ao financiamento de campanhas e à propaganda eleitoral, a sua inclusão nos espaços decisórios da estrutura do partido e a sanção em caso de descumprimento da lei paritária²⁹⁵. Neste último caso, mostra-se bastante eficiente o indeferimento da lista de candidaturas apresentada sem observância à paridade, acima da mera aplicação de uma multa financeira²⁹⁶.

4.2 OS IMPACTOS DA ADOÇÃO DE UMA LISTA FECHADA E BLOQUEADA

Superado o primeiro ponto de divergência entre os países sob análise, deve-se passar ao questionamento seguinte: se há maior efetividade na representação feminina quando ocorre uma escolha sistêmica pelo modelo de lista fechada e bloqueada de candidaturas, tal como na Bolívia, em contraste à opção por um processo eleitoral de lista aberta, como é feito no Brasil.

Na maioria dos países em que há um sistema de listas, estas são fechadas. Isso significa que o eleitor escolhe entre listas de partidos e não entre candidatos e candidatas individuais. De acordo com os votos ganhos pelo partido, as cadeiras conquistadas são ocupadas seguindo-se uma ordem já pré-estabelecida. Por outro lado, em sistemas de listas abertas, permite-se que os votantes optem por candidatos ou candidatas específicos. As cadeiras são então distribuídas a cada partido de acordo com a porcentagem de votos que receberam, sendo ocupadas por seus candidatos e candidatas conforme os votos conquistados individualmente²⁹⁷.

Há ainda uma subdivisão dentro da lista fechada, que pode ser bloqueada ou desbloqueada. No primeiro caso, não se pode modificar a ordem de candidaturas estabelecida pelo partido, simplesmente votando-se na lista do modo em que é apresentada. No segundo caso, por outro lado, o eleitor pode provocar um

²⁹⁵ LAVALLE TORRES, Cecilia. **Paridad es la meta**: Mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010. México: Instituto Nacional de las Mujeres - Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010, p. 92.

²⁹⁶ LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013, p. 27.

²⁹⁷ SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003, p. 130.

reordenamento intrapartidário, de ordem vertical - ou seja, vota-se na lista do partido, mas é possível reordenar a posição dos candidatos apresentados nesta lista. Cabe reforçar que o sistema de lista fechada desbloqueada se diferencia da lista aberta, pois nesta, votando-se em candidatos individuais (inclusive possivelmente de diferentes partidos), permite-se um reagrupamento interpartidário, de ordem horizontal. Ainda, dentro da lista fechada desbloqueada, admitem-se manifestações do eleitor positivas (de preferências entre os candidatos) e negativas (de eliminações de candidatos)²⁹⁸.

Os sistemas de lista fechada tendem a valorizar mais a eleição partidária, o que significa que existe tanto uma maior importância nas escolhas dos líderes do partido em relação à disposição de seus candidatos e candidatas quanto um fortalecimento do voto ideológico (ligado às posições partidárias acima das propostas individuais de quem concorre eleitoralmente). Há, portanto, poucos incentivos para a candidatura independente. De maneira distinta, os sistemas de lista aberta estimulam os candidatos e candidatas a buscarem diretamente o voto dos eleitores, estabelecendo suas próprias campanhas²⁹⁹. Isso gera tanto uma concorrência externa, entre partidos, na busca de se conquistarem mais cadeiras, como uma concorrência interna, dentro do partido, objetivando-se definir quem ocupará ditas cadeiras³⁰⁰.

Embora exista uma intensa defesa da lista fechada como medida determinante para efetividade de ações afirmativas de gênero na política, não há um consenso doutrinário sobre qual tipo de lista é mais favorável à eleição de mulheres. De acordo com Richard Matland, trata-se de questionar se é mais fácil convencer eleitores a votar em candidatas ou se é mais fácil convencer líderes partidários a escolherem mais mulheres em posições de destaque nas suas listas, sendo

²⁹⁸ ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. Opinião Pública, Campinas, v. 03, nº 01, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007>. Acesso em: 15 mai. 2018.

²⁹⁹ SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003, p. 131.

³⁰⁰ ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. Opinião Pública, Campinas, v. 03, nº 01, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007>. Acesso em: 15 mai. 2018.

bastante possível uma variação da resposta de acordo com as características sociais de cada país³⁰¹.

Nesse sentido, um estudo feito por Gregory Schimdt demonstra que o número de mulheres eleitas após a adoção de um mecanismo de cotas em países latino-americanos cujo sistema eleitoral é o de lista fechada é, na verdade, um pouco menor do que o número de mulheres eleitas na mesma situação em nações latino-americanos cujo sistema é o de lista aberta. Por outro lado, antes da utilização de cotas, as mulheres tinham maior participação em sistemas de lista fechada. De qualquer maneira, nota-se que a diferença não é tão significativa entre um sistema e outro. Nos sistemas de lista fechada, o número de mulheres eleitas na primeira votação após adoção de cotas variou entre 3% na Câmara dos Deputados do Paraguai e 33% no Senado da Argentina. Já nos sistemas de lista aberta, o mínimo foi 6% na Câmara de Deputados do Brasil e o máximo foi 22% no Congresso Unicameral do Peru³⁰².

Schimdt propõe, então, possíveis outras questões que influenciam de forma mais expressiva a eleição de mulheres, como a magnitude distrital e partidária e a posição ideológica do partido (mais ou menos tendente a lutar por maior participação feminina)³⁰³. Da mesma forma, entretanto, ressalta que não há uma “fórmula mágica” e única para incrementar o número de eleitas, mas sim que a combinação de variáveis institucionais é o que de fato favorece ou obstaculiza tal objetivo³⁰⁴.

Segundo Nélide Archenti e María Inés Tula, o ponto importante é que a aplicação de uma cota de mulheres nas listas seja efetiva, independente de serem estas fechadas ou abertas. Nessa linha, defendem que a cota sempre deve possuir caráter obrigatório (e não meramente de recomendação constitucional), pois é o que

³⁰¹ MATLAND, Richard. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: IDEA (Org.). **Women in Parliament: Beyond Numbers**, Estocolmo, 1998. Disponível em: <http://www.onlinewomeninpolitics.org/beijing12/Chapter3_Matland.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

³⁰² SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller**. Lima: fev. 2003, p. 131/132.

³⁰³ SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller**. Lima: fev. 2003, p. 131/133.

³⁰⁴ SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller**. Lima: fev. 2003, p. 142.

lhe traz força de lei suficiente para que seja reclamada judicialmente e as listas sejam impugnadas em caso de descumprimento³⁰⁵.

Focando em sistemas eleitorais de lista fechada e bloqueada, Archenti e Tula argumentam a necessidade vital de haver um mandamento legislativo de posição, isto é, que sejam estabelecidos lugares previsíveis para candidatas femininas nas listas, o que pode ser feito tanto por um sistema de alternância (como o adotado em Bolívia) como por uma indicação de posições pré-estabelecidas legalmente. Isto porque, se não existe tal disposição, há o risco de os líderes partidários situarem mulheres em lugares meramente simbólicos, dificultando sua real eleição. Da mesma maneira, apontam como relevantes disposições que tratem sobre a aplicabilidade das cotas nas listas de titulares e suplentes, pois, quando não se menciona, os partidos tendem a concentrar as mulheres na lista de suplentes³⁰⁶.

Schmidt, por sua vez, observando o modelo de lista aberta e a partir da experiência peruana, aponta que algumas formas de se aumentar a chance de eleição de mulheres nesse sistema seriam: a) um modo mais progressista de recrutamento político; b) a adoção de um sistema de voto preferencial múltiplo (em que os eleitores escolhem vários candidatos e candidatas, atribuindo-lhes uma ordem de preferência³⁰⁷); c) a aplicação de restrições na concorrência entre candidatos e candidatas de uma mesma lista³⁰⁸.

Como se vê, portanto, em ambos os sistemas (de lista fechada e bloqueada e de lista aberta), há maneiras de se buscar uma maior representatividade política feminina, não sendo, assim, uma opção, por si mesma, superior à outra.

No Brasil, entretanto, existem propostas com apoio muito expressivo de se realizar uma reforma política que inclua um sistema de lista fechada. Isso porque se entende que a lista aberta, especialmente dadas as características do país, gera

³⁰⁵ ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. Opinión Pública, Campinas, v. 03, nº 01, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007>. Acesso em: 15 mai. 2018.

³⁰⁶ ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. Opinión Pública, Campinas, v. 03, nº 01, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007>. Acesso em: 15 mai. 2018.

³⁰⁷ TUESTA SOLDEVILLA, Fernando. **Un voto letal**: El voto preferencial y los partidos políticos en el Perú, p. 250-270. Revista Derecho Electoral, Tribunal Supremo de Elecciones, Costa Rica, nº 15, jan./jun. 2013, p. 258.

³⁰⁸ SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003, p. 142.

uma fragmentação intensa de partidos e um enfraquecimento partidário, pois as campanhas se centram prioritariamente na personalidade do candidato e não tanto na ideologia do respectivo partido. Ainda, critica-se a existência de “puxadores de voto”, os quais, recebendo votações expressivas, conquistam várias cadeiras para o seu partido (e até para outros, no caso de coligação), a serem ocupadas por candidatos diversos, em princípio não desejados pelo eleitor, que muitas vezes desconhece o sistema. Por fim, ressalta-se o encarecimento de campanhas em virtude da competição intrapartidária que existe em listas abertas, já mencionada anteriormente³⁰⁹.

Em relação à sua efetividade para uma maior representação feminina, como visto, há muita dúvida. Se, por exemplo, a lista fechada fosse adotada e aliada à cota de 30% como atualmente concebida, existiria o risco de que, permitindo-se ao partido decidir livremente a distribuição de vagas, as mulheres fossem alocadas em posições ao final da lista, o que esvaziaria a eficácia do dispositivo legal³¹⁰. Ademais, adotando-se o questionamento de Matland, poder-se-ia cogitar que a lista aberta no contexto brasileiro ainda privilegiaria a eleição feminina, pois há uma maior tendência de o eleitorado apoiar candidaturas de mulheres do que do próprio partido, desde que, claro, tal lista seja pensada em conjunto com outras medidas (em especial no que diz respeito à distribuição de recursos de campanha)³¹¹.

Há, ainda, uma discussão muito relevante acerca da democraticidade de se adotar a lista fechada e bloqueada em processos eleitorais. Nesse sentido, Carlos Ayres Britto é um exemplo entre muitos que apontam a mudança como uma escolha que feriria a disposição constitucional de que todo poder emana do povo, por ocasionar uma “partidocracia”, substituindo-se a soberania popular pela partidária³¹². No mesmo sentido, Eneida Desiree Salgado expõe que a lista fechada retira do povo a possibilidade de escolher seu representante diretamente, sobrepondo novo filtro partidário além do já existente naturalmente, e favorece as oligarquias partidárias,

³⁰⁹ PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas de Oliveira. **Anacronismo do sistema proporcional de lista aberta no Brasil: Ocaso das razões originárias de sua adoção**, p. 261-279. Revista de Informação Legislativa, ano 52, nº 205, jan./mar. 2015, p. 264/266.

³¹⁰ SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2015, p. 173.

³¹¹ Como visto no segundo capítulo do presente trabalho.

³¹² PERON, Isadora. **Lista fechada vai substituir democracia por 'partidocracia', diz Ayres Britto**: Ex-presidente do STF disse que mudança do sistema fere o artigo da Constituição que diz que 'todo poder emana do povo'. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lista-fechada-vai-substituir-democracia-por-partidocracia-diz-ayres-britto,70001715987>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

através da possibilidade de apresentação de candidatos com pouquíssimas diferenças ideológicas e de “candidaturas natas” (em que se assegura aos detentores de mandato o registro de sua candidatura à reeleição, mesmo que não sejam escolhidos em convenção partidária)³¹³.

Não se pode negar que realmente há um maior poder dado aos partidos quando se escolhe um sistema de lista fechada e bloqueada. Sendo assim, torna-se importante que, caso uma nação opte por um sistema de lista fechada, esta busque instrumentos de democratização interna dos partidos, ou adote um modelo de lista fechada flexível (desbloqueada), de forma a se evitar o temor de oligarquização³¹⁴.

4.3 AS CHANCES DE ELEIÇÃO DE MULHERES NOS SISTEMAS MISTOS, PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIOS

Concluído o segundo ponto de contraposição entre o processo eleitoral boliviano e o brasileiro, importa refletir acerca das consequências do princípio adotado em cada país para eleger seus representantes parlamentares no que se refere à eleição de mais ou menos mulheres. Consoante visto, na Bolívia, a Assembleia Legislativa Plurinacional é bicameral, sendo que os membros da Câmara de Deputados são eleitos de acordo com um sistema distrital misto (parte proporcional e parte majoritário) e a Câmara de Senadores é formada por voto proporcional. Por outro lado, no Congresso Nacional brasileiro, os deputados federais são escolhidos a partir de um sistema proporcional e os senadores se elegem por maioria simples, sem segundo turno.

Os principais elementos constitutivos de um sistema eleitoral são: a magnitude da circunscrição, quantos representantes são eleitos em cada uma delas, qual a fórmula eleitoral adotada e como é a estrutura do papel de votação, sendo que por esta última é estabelecido se o eleitor vota no partido ou no candidato, bem como se seu voto é simples ou preferencial. Além dos três sistemas eleitorais

³¹³ SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2015, p. 171/174.

³¹⁴ PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas de Oliveira. **Anacronismo do sistema proporcional de lista aberta no Brasil**: Ocaso das razões originárias de sua adoção, p. 261-279. Revista de Informação Legislativa, ano 52, nº 205, jan./mar. 2015, p. 275/276.

principais (proporcional, misto e majoritário), existe um quarto grupo, com diversas subdivisões e que não se encaixa com perfeição aos demais³¹⁵.

De acordo com Jairo Nicolau, as mulheres têm mais chances de se elegerem em sistemas proporcionais, pois estes permitem o estabelecimento de mecanismos de ações afirmativas de representação como as cotas, enquanto o sistema majoritário tende a produzir uma desproporcionalidade de representação que prejudica a participação feminina. A maior representatividade, no entanto, em geral acarreta dificuldades maiores de governabilidade, uma vez que a fragmentação partidária é mais intensa³¹⁶.

Com a mesma linha de raciocínio, verifica-se que, nos casos em que os partidos podem postular mais de uma pessoa por circunscrição eleitoral (sistema plurinominal), existe maior probabilidade de que apresentem uma lista de candidatos que seja mais balanceada e diversa, pois as vagas masculinas não são postas em risco nesse contexto. Os partidos também tendem a acatar mais mulheres quando possuem maior magnitude, pelo mesmo motivo. A necessidade de se atrair um espectro mais amplo de eleitores, ainda, pode ser outro fator apto a estimular partidos a oferecerem candidatos e candidatas com perfis mais variados, o que acontece, geralmente, em sistemas proporcionais com um número relevante de partidos diversos e quando nenhum voto pode ser desperdiçado para se obter cadeiras³¹⁷.

Os sistemas proporcionais também seriam mais favoráveis à eleição feminina por trazerem maior margem para negociações com quem tem poder decisório sobre a lista de candidatos e candidatas. Há quem defenda, ainda, que o sistema distrital misto poderia ser favorável às mulheres por permitir que, quando não atingido um número suficiente de eleitas no princípio majoritário, fosse possível a compensação dos resultados no sistema plurinominal³¹⁸.

Em um estudo feito pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA), no ano de 2007, também foi observada a influência de diferentes

³¹⁵ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 5/6.

³¹⁶ NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 83/86.

³¹⁷ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 11/12.

³¹⁸ BAREIRO, Line et al. **Sistemas electorales y representación femenina en América Latina**. Serie Mujer y Desarrollo, n.º 54. Santiago: Naciones Unidas, 2004, p. 33/34.

combinações dentro de cada sistema eleitoral na eleição de mulheres, sempre considerando-se a aplicação de ações afirmativas de gênero.

Conceberam-se como situações mais favoráveis à representatividade feminina, em igual patamar, dentre outras: a) os sistemas que adotam um segundo escalão só de mulheres e reservam vagas no Parlamento; b) os sistemas proporcionais de lista fechada, com distritos eleitorais pequenos, que adotam mandamentos de posição; c) os sistemas proporcionais com distritos eleitorais grandes, adotando-se ou não mandamentos de posição; d) os sistemas mistos proporcionais, com cadeiras reservadas ou um nível apenas para candidatas mulheres³¹⁹.

Por outro lado, reconheceu-se que os sistemas mais dificultosos à eleição de mulheres, especialmente dado o entrave para neles se implementarem cotas efetivas, seriam aqueles de distritos eleitorais pequenos com votação centrada em candidatos e procedimentos de postulação descentralizada, bem como aqueles de magnitudes partidárias pequenas, como são os sistemas de maioria simples. No entanto, havendo um número baixo de candidatos independentes e sendo possível a aplicação de mandamentos de posição, mesmo em tais contextos conclui-se que poderia haver um alcance de maior representatividade feminina³²⁰.

Por muito que se discuta quanto ao sistema eleitoral adotado mais favorável para eleição de mulheres, é inegável que há diversas variáveis complementares que também influem nos resultados alcançados. Na análise do *Inter-Parliamentary Union*, alguns destes principais fatores seriam: 1) a obrigatoriedade legal das cotas, com a correta supervisão do organismo eleitoral respectivo e efetiva sanção em caso de descumprimento; 2) os aspectos culturais e a própria preferência dos votantes, especialmente nos casos de sistemas centrados em candidaturas individuais; 3) o acesso a meios e recursos de campanha por parte das candidatas; 4) a existência de mulheres disponíveis e capacitadas para candidaturas, com o devido apoio partidário³²¹.

³¹⁹ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 14/16.

³²⁰ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 18/19.

³²¹ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 20/22.

Quanto a este último ponto, cabe ressaltar que a adoção de ações afirmativas pelo próprio partido de forma voluntária, ao fixar regras internas, pode ser um diferencial na eleição de mais ou menos mulheres, seja através de cotas mínimas, da paridade, da alternância ou inclusive apresentando listas exclusivamente femininas³²². Na Bolívia, por exemplo, o Movimiento Sin Miedo adotava em 2006 cotas de gênero voluntárias de 50% entre seus candidatos³²³ e, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores aprovou a paridade em todas as suas instâncias partidárias no ano de 2011³²⁴, sendo que antes já adotava uma cota de 30% nas listas do partido e em posições de liderança internas³²⁵. Também no caso brasileiro, há que se mencionar o partido Rede Sustentabilidade, que tem como projeto, através do Elo Mulheres Nacional, o aumento do seu número de filiadas e, em consequência, de candidatas, de forma progressiva, até atingir a igualdade de número entre os gêneros³²⁶.

Por fim, o estudo da *Inter-Parliamentary Union* também aponta que, qualquer que seja o sistema eleitoral, vê-se que as cotas centradas em resultados seriam mais efetivas que as voltadas ao processo de postulação eleitoral, embora aquelas sejam polêmicas em alguns países. De qualquer maneira, o que se afirma como ponto principal é o fato de não existir um sistema eleitoral em que seja impossível buscar a maior participação feminina através de ações afirmativas³²⁷.

Cabe, assim, voltar-se para o modelo eleitoral brasileiro tal como é, sob a ótica de todas as variáveis analisadas, observando-se quais medidas poderiam ser aplicadas na busca de maior participação feminina.

³²² FIERRO, Carlos Navarro (Trad.). **Diseño de sistemas electorales**: El nuevo manual de IDEA Internacional. Estocolmo: IDEA, 2006, p. 139/140.

³²³ CYPRIANO, Breno. **{Re}afirmando a Política para as Mulheres**: As implicações de cotas femininas na esfera política brasileira. Revista Três Pontos - Centro Acadêmico de Ciências Sociais - UFMG, Minas Gerais, p. 63-70, out. 2006, p. 66.

³²⁴ CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013, p. 78.

³²⁵ CYPRIANO, Breno. **{Re}afirmando a Política para as Mulheres**: As implicações de cotas femininas na esfera política brasileira. Revista Três Pontos - Centro Acadêmico de Ciências Sociais - UFMG, Minas Gerais, p. 63-70, out. 2006, p. 66.

³²⁶ REDE SUSTENTABILIDADE. **Elo Mulheres luta contra o preconceito e a tripla jornada para garantir maior participação feminina na política**. Disponível em: <<https://redesustentabilidade.org.br/2017/03/08/elo-mulheres-luta-contra-o-preconceito-e-a-tripla-jornada-para-garantir-maior-participacao-feminina-na-politica/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³²⁷ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad**: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007, p. 19.

O sistema proporcional e plurinominal adotado na Câmara dos Deputados brasileira, por si só, seria um sistema de mais incentivo à postulação de mulheres, por estas poderem se candidatar junto a homens, sem que fosse necessária a exclusão de um pelo outro, como antes dito. Uma medida possível a ser adotada nesse sistema para estímulo de maior eleição de mulheres seria a criação e reserva de alguns distritos eleitorais que apresentassem apenas candidatas mulheres. Seria mais efetivo, entretanto, reservar vagas no Parlamento a partir de um único nível para mulheres (elegendo-se tantas quanto fosse determinado pela cota). No caso brasileiro, por tratar-se de um sistema de lista aberta, seria também possível reservar cadeiras femininas a partir de um sistema de melhor perdedor³²⁸. Mostra-se efetiva a determinação de um mandamento de posição apenas quando se adota a lista fechada nesse tipo de sistema (tal como é feito na Bolívia, através da alternância). Essa não é uma medida relevante quando a lista é aberta, uma vez que a ordem predeterminada pode variar de acordo com os eleitores³²⁹.

Em relação ao princípio majoritário, tal como é adotado para eleição de senadores e senadoras no Brasil, tem-se que não é um sistema que, por si mesmo, traz qualquer incentivo específico para que sejam eleitas mulheres, pois, como apenas no máximo duas pessoas podem ser eleitas pelo partido em uma circunscrição eleitoral (quando há renovação de dois terços do Senado), este tende a postular candidatos mais aceitos, que geralmente são homens. Seria possível, no entanto, a fim de estimular uma maior participação feminina, adotar como ação afirmativa a criação e reserva de distritos que apresentassem apenas candidatas mulheres, sendo mais efetivo, no entanto, assim como no sistema proporcional, reservar vagas a partir de um único nível para mulheres, com adoção de cotas³³⁰.

No contexto brasileiro, poder-se-ia, ainda, determinar a obrigatoria apresentação pelos partidos de candidaturas compostas por um homem e uma mulher quando se renovassem dois terços do Senado ou que os eleitores, ao

³²⁸ Mecanismo pelo qual os candidatos menos votados mas com a maioria de votos em um determinado grupo (no caso, entre mulheres) são eleitos até que se alcance a cota previamente estabelecida. Vide: TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género.** Estocolmo: IDEA, 2007, p. 29.

³²⁹ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género.** Estocolmo: IDEA, 2007, p. 35.

³³⁰ TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad: Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género.** Estocolmo: IDEA, 2007, p. 35.

emitirem o voto duplo, escolhessem um nome dentre uma lista de candidatos masculinos e outro nome de uma lista exclusivamente feminina.

Resta claro, ao final, que a simples opção por um sistema eleitoral ou outro, sem maiores complexidades, não tende a resolver o problema da representação feminina. Assim, não se apresenta necessário, em princípio, mudar o sistema base de eleição no Brasil, mas sim buscar que lhe sejam agregadas outras medidas possíveis para além da mera cota de 30% em candidaturas.

Ademais das medidas específicas acima listadas dentro de cada princípio (majoritário ou proporcional), tem-se que promoveriam também esse objetivo: a obrigatoriedade de investimento equitativo do partido em campanhas femininas³³¹; o incentivo a redes de apoio de mulheres candidatas; o fortalecimento de órgãos nacionais de gênero; a elaboração de uma agenda política feminina e feminista; e mesmo a promoção de discussões mais aprofundadas sobre valores democráticos, tanto dentro da política, como também direcionadas à sociedade³³².

³³¹ Para além, portanto, da cota de 30% do Fundo Partidário hoje estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 5617, mencionada no segundo capítulo do presente trabalho.

³³² BAREIRO, Line et al. **Sistemas electorales y representación femenina en América Latina**. Serie Mujer y Desarrollo, n.º 54. Santiago: Naciones Unidas, 2004, p. 36/37.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho partiu da premissa de que, estudando-se os casos da Bolívia e do Brasil, seria possível encontrar lições daquela nação a serem aplicadas nesta, para se lograr uma maior participação de mulheres na política. Analisadas as realidades boliviana e brasileira, suas principais divergências e os métodos possivelmente aplicáveis ao Brasil, conclui-se como principal aprendizado que a paridade deve ser o princípio orientador das ações afirmativas de gênero e que tal princípio deve ser aliado a mecanismos que impeçam manobras partidárias de esvaziarem o seu sentido.

Como visto, não necessariamente seria preciso adotar a estrutura de lista fechada e bloqueada de candidaturas como existente na Bolívia nem, *a priori*, haveria razão de se mudar os princípios do sistema eleitoral então vigentes no Brasil para que se pudesse melhorar os índices de representatividade de mulheres na política. Ou seja, seria possível manter a lista aberta de candidatos e os princípios proporcional para a eleição de deputados e vereadores e majoritário para a eleição de presidente, senadores, governadores e prefeitos. Não obstante, é necessário repensar as discriminações positivas em prol de mulheres dentro desse sistema.

Tendo o princípio da paridade como dirigente, uma solução possível seria não somente estabelecer que houvesse um igual número de mulheres e homens se candidatando, como também defender uma divisão equitativa de recursos de campanha e de tempo de propaganda entre os gêneros. Assim, seria possível, ao menos formalmente, ter como marco uma igualdade de oportunidades entre candidatos, de forma a permitir uma competição eleitoral mais justa. Além disso, estariam mais em evidência as mulheres ativas politicamente, aumentando sua chance de eleição e transformando também a realidade cultural e social de representatividade. Para a efetividade da medida, ainda seria imprescindível que esta fosse descrita de forma clara e precisa, com sanções significativas para os partidos que não a obedecessem (como, por exemplo, o indeferimento da lista).

Outra proposta interessante e possível ao sistema eleitoral brasileiro sem grandes alterações principiológicas seria a reserva de metade dos assentos para mulheres no Poder Legislativo, em nível federal, distrital, estadual e municipal, como defendido pela professora Eneida Desiree Salgado. Aplicada ao menos temporariamente, seria uma maneira de criar um estímulo à ocupação desses espaços por mulheres, permitindo uma mudança de visão do grupo na política, com

aplicação do princípio paritário. Aqui já se estabeleceria a igualdade de resultados, sobrepassando a mera igualdade de oportunidades. Da mesma forma que a primeira proposta, seria necessária a clareza da lei para que tais vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas pelas candidatas dos partidos.

É importante notar que, para além das ferramentas legais e estruturais, a maior participação política feminina exige também um comprometimento social e cultural que incentive a sua atuação. Isso deve ser feito não somente através de campanhas de incentivo, mas, de modo mais aprofundado, mudando-se a visão que associa a mulher às responsabilidades do âmbito privado e impede sua participação plena no âmbito público e em igualdade de condições em relação aos homens. Em virtude da delimitação temática do presente trabalho, no entanto, as conclusões principais se voltam às discriminações positivas no sistema eleitoral brasileiro, possíveis por ações legislativas e estatais.

Dentro dessa seara, observa-se que a proposta de paridade formal e material em candidaturas não garante a igualdade de resultados como a proposta de reserva de assentos de forma paritária. Não obstante, tende a ser uma proposição mais facilmente aceita na sociedade brasileira, pois ainda garantiria uma ampla possibilidade de escolha dos eleitores.

Não há resposta definitiva que precise a melhor solução para a questão da representatividade feminina na política brasileira, até porque ela não parece ser única. Trata-se de buscar o caminho mais factível e efetivo, dentro das limitações do sistema eleitoral do país e de seu contexto sociocultural - tal como feito, em verdade, pelas mulheres bolivianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Mulheres negras têm só 0,39% das vagas na Câmara dos Deputados.** Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/mulheres-negras-tem-so-039-das-vagas-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil, p. 15-54. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos.** São Paulo: Ed. USP, 2017.

ARAÚJO, Clara. **Cotas femininas e financiamento de campanha.** Cadernos Adenauer XV, nº 03, p. 11-30, 2013.

ARAÚJO, Clara. Las cuotas para mujeres en el Sistema Legislativo Brasileño, p. 78-94. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller.** Lima: fev. 2003.

ARCHENTI, Néida; TULA, María Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina.** Opinião Pública, Campinas, v. 03, nº 01, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ARÍÑEZ, Rubén. **ONU destaca la presencia de la mujer en política.** Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/ONU-destaca-presencia-mujer-politica_0_2322367833.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal da Democracia:** UIP: Setembro de 1997. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496332/000954851.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BALDEZ, Lisa; BRAÑEZ, Patricia. ¿Cuánto hemos avanzado las mujeres con las cuotas? El caso boliviano, p. 141-168. In: MAGDALENA LEÓN (Ed.). **Nadando contra la corriente: Mujeres y cuotas políticas en los Países Andinos.** Quito: UNIFEM, 2005.

BAREIRO, Line et al. **Sistemas electorales y representación femenina en América Latina.** Serie Mujer y Desarrollo, n° 54. Santiago: Naciones Unidas, 2004.

BELAS, Júlia et al. **Abismo na arrecadação para campanhas femininas sustenta desigualdade de gênero na política:** Candidatas receberam 70% menos repasses e doações do que homens na eleição para a Câmara em 2014. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/abismo-na-arrecadacao-para-campanhas-femininas-sustenta-desigualdade-de-genero-na-politica>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: O caso brasileiro, p. 65-97. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. USP, 2017.

BOLÍVIA. Asamblea Constituyente. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**, promulgada el 9 de febrero 2009. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-del-estado-plurinacional-de-bolivia-promulgada-el-9-de-febrero-2009/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BOLÍVIA. Convención Nacional. **Constitución Política de 1878**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-1878-con-modificaciones-de-28-de-octubre-de-1880/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BOLÍVIA. **Constitución Política de 2 de Febrero de 1967**. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/bolivia1967.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BOLÍVIA. Honorable Congreso Nacional. **Constitución Política del Estado de Bolivia del 6 de Febrero de 1995**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-del-estado-de-bolivia-del-6-de-febrero-de-1995/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 025. **Ley del Órgano Judicial**, de 25 de junio de 2010. Disponível em: <<http://tsj.bo/wp-content/uploads/2014/03/Ley-025.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 026. **Ley del Régimen Electoral**, de 30 de junio de 2010. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 929. **Ley de 27 de abril de 2017**. Disponível em: <<http://www.diputados.bo/leyes/ley-n%C2%B0-929>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 960. **Ley de 23 de junio de 2017**. Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/07/Ley_960.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 1983. **Ley de Partidos Políticos**, de 25 de junio de 1999. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Parties/Bolivia/Leyes/Ley1983.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 1988. **Ley de Reforma y Complementación Al Régimen Electoral**, de 19 de marzo de 1997. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1779.xhtml>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 2028. **Ley de Municipalidades**, de 28 de outubro de 1999. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-2028.xhtml>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 3364. **Ley especial de convocatoria a la Asamblea Constituyente**, de 6 de marzo de 2006. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-3364.xhtml>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BOLÍVIA. Lei nº 4021. **Ley de Régimen Electoral Transitorio**, de 14 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/ley-regimen-electoral-transitorio.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BOLÍVIA. Soberana Asamblea Nacional. **Constitución Política de 1938**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-30-de-octubre-de-1938/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BOLÍVIA. Soberana Asamblea Nacional. **Constitución Política de 24 de Noviembre de 1945**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/constituciones_hispanoamericanas/obra/constitucion-politica-de-24-de-noviembre-de-1945/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Congresso Constituinte. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil**, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 29 mai. 2018.

BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Brasília, 28 de setembro de 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9096.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.100**, de 29 de setembro de 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Directiva Camaral**. Disponível em: <<http://www.deputados.bo/legisladores/directiva-camaral>> Acesso em: 16 fev. 2018.

CÂMARA DE SENADORES. **Directiva 2018-2019**. Disponível em: <<http://senado.gob.bo/legislativa/directiva>> Acesso em: 16 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara rejeita criação de cota para mulheres no Legislativo**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/490383-CAMARA-REJEITA-CRIACAO-DE-COTA-PARA-MULHERES-NO-LEGISLATIVO.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **EMA 57/2015**: PEC 182/2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307471>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 134/2015**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724716&ord=1>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 205/2007**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=380754>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 371/2013**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=604356>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 180/1995**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=172725>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 783/1995**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182361>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2355/2000**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18004>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4497/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556576>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 783/95**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=678D01>

28503D9D685247E8AEACA390DB.proposicoesWeb2?codteor=1134751&filename=Avulso+-PL+783/1995>. Acesso em: 30 mai 2018.

CHÁVEZ, Franz. **Constitución-Bolivia**: Vacuna femenina contra la letra muerta. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/2009/02/constitucion-bolivia-vacuna-femenina-contra-la-letra-muerta/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CHOQUE ALDANA, Marlene. Paridad y alternancia en Bolivia: Avances y desafíos de la participación de las mujeres en la política, p. 121-178. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013.

CIMEIRA EUROPEIA “MULHERES E PODER”. **Declaração de Atenas sobre Mulheres e Poder de Decisão**. Atenas, 1992. Disponível em <<http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2006004927>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

COBO, Rosa. **Democracia paritaria y sujeto político feminista**. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, España, v. 36, p. 29-44, 2002.

COORDINADORA DE LA MUJER. **Balance de 5 leyes promulgadas**. 2010.

CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013.

CYPRIANO, Breno. **{Re}afirmando a Política para as Mulheres**: As implicações de cotas femininas na esfera política brasileira. Revista Três Pontos - Centro Acadêmico de Ciências Sociais - UFMG, Minas Gerais, p. 63-70, out. 2006.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia**: A luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 18, nº 28, p. 186-205, jun. 2015.

ESPANHA. **Ley Orgánica 3/2007**, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/pdf/2007/BOE-A-2007-6115-consolidado.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

FÁBIO, André Cabette. **Por que há tantas candidaturas-fantasma de mulheres**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/11/Por-que-há-tantas-candidaturas-fantasma-de-mulheres>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FARAH, Ivonne; SALAZAR, Cecilia. Neoliberalismo y desigualdad entre mujeres: Elementos para replantear el debate en Bolivia, p. 101-129. In: GIRÓN, Alicia (Org.). **Género y globalización**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2009.

FERNANDES, Marcella; MARTINELLI, Andréa. **Cota de dinheiro para campanhas femininas corre risco de não ser cumprida**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/11/cota-de-dinheiro-para-campanhas-femininas-corre-risco-de-nao-ser-cumprida_a_23404856/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FIERRO, Carlos Navarro (Trad.). **Diseño de sistemas electorales**: El nuevo manual de IDEA Internacional. Estocolmo: IDEA, 2006.

GALVÃO, Laila Maia. **Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920**. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 07, nº 13, p. 176-203, 2016.

GOYES QUELAL, Solanda. De las cuotas a la paridad: El caso del Ecuador, p. 47-120. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013.

HONORABLE CONGRESO NACIONAL. **La participación política de las mujeres en el parlamento**. La Paz: UMBAPOL, 2002.

HTUN Mala; OSSA, Juan Pablo. **Political inclusion of marginalized groups**: Indigenous reservations and gender parity in Bolivia. Politics, Groups, and Identities, v. 01, nº 01, p. 04-25, 2013.

IBAM. **Participação feminina na construção da democracia**: Um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002). Rio de Janeiro: 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Statistical Archive. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1 January 1997. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010197.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Situation as of 1st June 2018. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010618.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LAVALLE TORRES, Cecilia. **Paridad es la meta**: Mujeres en los ayuntamientos de Quintana Roo, 1975-2010. México: Instituto Nacional de las Mujeres - Instituto Quintanarroense de la Mujer, 2010.

LLANOS CABANILLAS, Beatriz. A modo de introducción: Caminos recorridos por la paridad en el mundo, p. 17-46. In: IDEA (Org.). **La apuesta por la paridad**: Democratizando el sistema político en América Latina: Casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Lima, 2013.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**: Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

MARQUES, Ananda Winter. Projeto de reserva de assentos para mulheres na Câmara: Discussão, tramitação e rejeição. In: **Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**: Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: Várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932, p. 437-464. In: PISCITELLI, Adriana et al (Org.). **Olhares Feministas**: Coleção Educação para Todos. Brasília: Ed. Eletrônica - Ministério da Educação e UNESCO, 2007.

MATLAND, Richard. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: IDEA (Org.). **Women in Parliament**: Beyond Numbers, Estocolmo, 1998. Disponível em: <http://www.onlinewomeninpolitics.org/beijing12/Chapter3_Matland.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena (Org.). **Mulheres na Política**: Eleições de 2016: Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, nº 02, p. 363-385, mai./ago. 2006.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

MINISTERIO DE LA PRESIDENCIA. **Gabinete de Ministros**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **ADI 5617**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/adi-5617.pdf/view>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Historiadora da UnB relembra conquista do voto feminino no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mulheresnapolitica-historiadora-da-unb-relembra-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MONTEIRO, André; LINHARES, Carolina; PINTO, Ana Estela de Sousa. **Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MOURA, Rafael Moraes; PUPO, Amanda. **TSE não deve decidir sobre cota feminina no fundo eleitoral, diz parecer**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/05/21/tse-nao-deve-decidir-sobre-cota-feminina-no-fundo-eleitoral.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MOVIMIENTO DE MUJERES PRESENTES EN LA HISTORIA. **La agenda de las mujeres en el Proceso Constituyente**. La Paz: Coordinadora de La Mujer, 2008.

MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de presença feminina no Parlamento 2017**. Disponível em:

<<http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

NAZARIO, Diva Nolf. **Voto feminino e feminismo**: Um anno de feminismo entre nós. São Paulo: 1923.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

NOVILLO GONZÁLES, Mónica. **Paso a paso, así lo hicimos**: Avances y desafíos en la participación política de las mujeres. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2011.

OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (Org.). **La política de paridad y alternancia de género en los órganos de elección del Estado Plurinacional de Bolivia y en las instancias políticas intermedias**: Un avance en la garantía de la autonomía en la toma de decisiones de las mujeres. 2013.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de cumplimiento de la paridad a nivel departamental**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/AIndice-de-cumplimiento-de-la-paridad-a-nivel-departamental>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de cumplimiento de la paridad a nivel municipal**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/AIndice-de-cumplimiento-de-la-paridad-a-nivel-municipal>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de paridad en la participación electoral como autoridades electas**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/AIndice-de-paridad-en-la-participacion-electoral-como-autoridades-electas>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Índice de paridad en la participación electoral como electoras**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/AIndice-de-paridad-en-la-participacion-electoral-como-electoras>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Porcentaje de mujeres en cargos directivos en el OEP**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Eje-Tematico-01-Datos/Indicadores/Porcentaje-de-mujeres-en-cargos-directivos-en-el-OEP>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. **Porcentaje de mujeres en cargos directivos en el Poder Judicial**. Disponível em: <<http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Sistema-de->

Informacion/Elecciones-Judiciales-2017/Porcentaje-de-mujeres-en-cargos-directivos-en-el-Poder-Judicial>. Acesso em: 17 fev. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Reformas Políticas en América Latina:** Bolivia: Bolivia Legislativo. Disponível em: <<https://reformaspoliticas.files.wordpress.com/2015/05/bolivialegislativo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018..

ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **Elección de las máximas autoridades del Órgano Judicial y del Tribunal Constitucional.** Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/triptico_octubre_vota_2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **Papeleta de votación.** Disponível em: <https://www1.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/papeleta_elecciones_judiciales_2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **¿Quiénes somos?** Disponível em: <<https://www1.oep.org.bo/institucional/quienes-somos/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas de Oliveira. **Anacronismo do sistema proporcional de lista aberta no Brasil:** Ocaso das razões originárias de sua adoção, p. 261-279. Revista de Informação Legislativa, ano 52, nº 205, jan./mar. 2015.

PERON, Isadora. **Lista fechada vai substituir democracia por 'partidocracia', diz Ayres Britto:** Ex-presidente do STF disse que mudança do sistema fere o artigo da Constituição que diz que 'todo poder emana do povo'. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lista-fechada-vai-substituir-democracia-por-partidocracia-diz-ayres-britto,70001715987>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e as eleições de 1982.** Encontro Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais: 1983.

PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres.** Gênero na Amazônia, Belém, nº 04, p. 15-35, jul./dez. 2013. PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL. **Mulheres na política:** Pesquisa realizada pelo DataSenado: 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

QUINTELA, Françolin Débora; DIAS, Joelson Costa. **Participação política das mulheres no Brasil:** Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Revista das Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 02, nº 01, Brasília, p. 52-74, jan./jul. 2016.

REDE SUSTENTABILIDADE. **Elo Mulheres luta contra o preconceito e a tripla jornada para garantir maior participação feminina na política.** Disponível em: <<https://redesustentabilidade.org.br/2017/03/08/elo-mulheres-luta-contr-o->

preconceito-e-a-tripla-jornada-para-garantir-maior-participacao-feminina-na-politica/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

REVISTA FÓRUM. **A memória viva de um massacre**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/a-memoria-viva-de-um-massacre/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

ROCHA, Carolina Martinelli. **A Bancada Feminina representa os interesses das mulheres?** Uma análise da atividade legislativa em prol das mulheres na Câmara dos Deputados (1995-2014). Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política - Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

RODRIGUES, Almira. **Mulheres e Eleições 2006 no Brasil**: O difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas. CFEMEA: out. 2006.

ROUSSEAU, Stéphanie. **Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia**: Locating the Representation of Indigenous Women. Latin American Research Review, Latin American Studies Association, v. 46, nº 02, p. 05-28, 2011.

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas**: Perspectivas e contendas feministas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, nº 02, p. 399-431, mai./ago. 2012.

SAGOT, Montserrat. É importante a participação política da mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica, p. 49-61. In: COSTA, Ana Alice (Org.). **Trilhas do Poder das Mulheres**: Experiências Internacionais em Ações Afirmativas. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2009.

SALGADO, Eneida Desiree; CALEFFI, Renata. **Cotas e representação feminina**: Uma proposta. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/cotas-e-representacao-feminina-uma-proposta-7owu1jm5fln28u5jeiv8gfjy4>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. **Cotas de gênero na política**: Entre a história, as urnas e o parlamento. Seção: Movimento Feminista, História da Dominação e Gênero. Gênero e Direito, João Pessoa, nº 03, p. 156-182, dez. 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. **O acesso das mulheres à representação política**: Menos flores, mais direitos. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/e-leitor/e-leitor-o-acesso-das-mulheres-a-representacao-politica-18032016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2015.

SALINAS, Gloria. **Participación política y liderazgos de mujeres en Bolivia**. La Paz: CIDEM, 2001.

SÁNCHEZ, Carmen. **Participación política de las mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2015.

SCHIMDT, Gregory. Éxitos no anticipados: Lecciones de la experiencia peruana con las cuotas de género en los sistemas mayoritarios con listas cerradas y de Representación Proporcional (RP) con listas abiertas, p. 130-146. In: IDEA (Org.). **La aplicación de las cuotas**: Experiencias latinoamericanas: Informe del taller. Lima: fev. 2003.

SENADO FEDERAL. **Mapa Mulheres na Política em 2016**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mapa-mulheres-na-politica-2016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 389**, de 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119388>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SENADO FEDERAL. **Pronunciamento de Emília Fernandes em 08/08/1996**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/192280>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 23**, de 2015. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120076>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 98**, de 2015: PEC DA MULHER. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122308>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SILVA, Adriana Campos; SANTOS, Polianna Pereira dos. Participação política feminina e a regulamentação legal das cotas de gênero no Brasil: Breve análise das eleições havidas entre 1990 e 2014, p. 427-448. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Teorias da Democracia e Direitos Políticos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SOUZA, Cristiane Aquino de. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil, p. 367-384. In: IV Congresso Nacional do CONPEDI, 2014, Florianópolis. **Direitos Fundamentais e Democracia**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 4650**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4650&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI Nº 5617**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5617&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Limite para repasse do Fundo Partidário a candidatas é objeto de ADI**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=328463>>.
Acesso em: 13 abr. 2018.

TAPHORN, Rita; LARSERUD, Stina. **Diseño para lograr la igualdad:** Combinaciones más idóneas, medianamente idóneas y no favorables de los sistemas electorales y cuotas de género. Estocolmo: IDEA, 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 1994:** Estatística de Candidatos: Brasil. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/estatistica-de-candidatos-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatística:** Eleições 2008. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/cargo.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2014:** Estatísticas de resultados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016:** Candidaturas. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2016:** Resultados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Glossário Eleitoral:** Voto da mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana da mulher:** Primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TUESTA SOLDEVILLA, Fernando. **Un voto letal:** El voto preferencial y los partidos políticos en el Perú, p. 250-270. Revista Derecho Electoral, Tribunal Supremo de Elecciones, Costa Rica, nº 15, jan./jun. 2013.

UNDP (Org.). **Promoting gender equality in electoral assistance:** Lessons learned in comparative perspective: Country report for Bolivia. 2014.

URIONA CRESPO, Pilar. **Los caminos de la paridad:** Mujeres, participación y representación en el proceso post constituyente. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA, 2009.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em:

<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**. Genebra: 2017.